

Campus

Jornal-Laboratório do
Departamento de Comunicação da UnB

nº 90
1ª quinzena de abril de 1986



VALE DO AMANHECER

Ao contrário do que se pensa, a história não acabou com a morte de Tia Neiva. E o CAMPUS foi lá conferir. Leia págs. 6 e 7.

maconha

Margareth Vitória

PINTOU SUJEIRA.

Sônia Braga

Em entrevista exclusiva para o Campus, a atriz do filme "O Beijo da Mulher Aranha" conta como foi a experiência de contracenar com William Hurt, fala do cinema brasileiro e dá sua opinião sobre o pacote do Sarney.

Página 12.

Não basta matar a fome e a sede
— sim, não basta, é preciso sonhos
é preciso o canto
mas não se pode cantar o sonho não dormido
a barriga vazia, amarelidão.
É preciso mais que a fome saciada, muito
mais
que a sede umedecida;
é preciso o cigarro no fim da tarde, trocar
segredos com o céu,
o passeio tranquilo no parque da cidade.
Sobretudo é preciso o salário justo, o trabalho
concluído
— a liberdade assegurada. (+)

O Beijo da Mulher Aranha

Nevinho Alarcão/Amneres Pereira

A sensação de que é preciso mais, sempre é preciso um pouco mais nos contágios e abre novos horizontes. O Beijo da mulher Aranha, a viúva negra que ama seu macho e depois o assassina. Será o amor o caminho mais curto para a morte? Será o amor à coletividade incompatível com o individual? O Beijo da mulher Aranha, dois homens enclausurados em suas próprias teias, ambos capazes de amar ao extremo, de morrer por esse amor, mas incompreensíveis um ao outro. Raul Júlia é Valentim, o preso político, o incansável lutador contra a fome e a miséria humanas, o que se sacrifica pela «causa», o que se esquece de si pelo seu povo. E William Hurt é Molina, o homossexual, prisioneiro do preconceito e da rejeição, o inconsciente do coletivo, que só tem a si e a seus sonhos, seus filmes imaginários. Este é o filme real: almas frente a frente numa cela suja da América oprimida. Valentim resistindo às constantes torturas para não entregar companheiros e Molina construindo os seus sonhos, o seu filme, o amor entre um nazista e uma atriz da resistência francesa. Nesse filme não importava-lhe o nazismo, a resistência ou as implicações que traziam ao mundo; importava sim o amor, essa coisa mais forte. Assim como no seu filme imaginário, também ali na cela importava ao homossexual o amor. O amor por Valentim, o homem. E Valentim sente raiva de Molina, odeia-lhe a total inconsciência, a incompreensão da sua própria condição de oprimido. Mas em contrapartida, não pode deixar de apreciar no companheiro de cela aquela incrível capacidade de amar. E aí instala-se o conflito, ou, antes disso, o auto-reconhecimento. Na verdade, não são dois homens, mas apenas um, dividido pelo eterno dilema entre coletividade e indivíduo, entre realidade e sonho, entre a concretude e o lirismo (como diz o poema, é preciso trocar segredos com o céu, mas é preciso também — e antes — ter a barriga cheia e o sono bem dormido). Hector Babenco dirige o espectador ao fundo dessas questões e ali o deixa, entre a verdade da prisão e os delírios dos filmes imaginados por William Hurt. Molina, Sônia Braga passeia por ambientes e tempos, protagonista de todas as figuras femininas dos filmes, imaginários ou reais. Ora ela é a atriz da resistência francesa, dividida entre o amor ao nazista e a fidelidade ao País, no filme de Molina ora é a namorada burguesa, abandonada por Valentim em nome da causa.

Ao final, ela é também a protagonista do segundo filme imaginário de Molina, um filme de uma única cena, sem final, exatamente como a questão proposta por Babenco: a convivência dos contrários. Nesta última história Sônia Braga é a mulher aranha, a dama de negro que mora numa ilha deserta, tecendo a sua interminável teia, até que chega um naufrago e... A cena acaba aqui. Voltamos ao filme real: Molina, que saíra da prisão e fora incumbido de passar uma informação, é morto pelos companheiros de Valentim sem conseguir entregar-lhes a mensagem do amigo. Valentim é torturado quase à morte, é dopado por morfina, e sonha com a mulher aranha que vem tirá-lo da dura realidade. Ele levanta do leito do hospital e a acompanha até a ilha, onde chegara um naufrago na fantasia de Molina. O sonho contagia a realidade. Deixamos a sala escura com uma luta a continuar e uma questão a resolver.

(+) — Poema "Carta a Raul de Xangô", de Nevinho Alarcão, publicado pelo CAMPUS — Agosto/85.



PEDRO

Equívocos e arbítrio

Fabrizio Marques

A Universidade de Brasília pode ser invadida pela polícia. E desta vez a culpa não é da ditadura militar, nem da campanha pelas diretas, tampouco pela exibição do proibido *Je Vous Salue, Marie*. O promotor de Justiça Antônio Gomes da Silva Filho promete chamar a polícia se de fato ocorrer o debate «Constituinte e Temas Marginais», onde se discutiria a questão dos tóxicos. Este mesmo promotor pediu abertura de inquérito para apurar um outro debate realizado no dia 14 de março sobre liberação do uso da maconha. Estão indicados neste inquérito três estudantes da UnB e um advogado que participava da mesa de debates. O promotor pretende enquadrá-los nos artigos do código de entorpecentes que proíbem o porte e o tráfico de drogas. As penas previstas são de três a quinze anos de prisão.

Comete o sr. promotor várias «incoerências» na carta em que pede a abertura de inquérito, quando coloca que o debate «objetivava a liberação da maconha no recinto da universidade». O sr. promotor se esquece que somente o responsável pela UnB perante a lei, o sr. Reitor, poderia pronunciar-se neste sentido. Isso não aconteceu, ao que se sabe. O debate, na verdade, não era «pela» liberação da maconha, mas sobre esta. Este assunto, aliás, foi objeto de discussão na comissão criada pelo governo para elaborar um anteprojeto de novo código de entorpecentes. A Justiça não interferiu nestas discussões. O jurista Tício Lins e Silva, presidente da comissão, apoiou o parecer sobre a discriminação da maconha, argumentando que o grande problema é o tráfico. Ou o sr. promotor não está informado sobre a realidade jurídica do Brasil e deveria rever imediatamente seus atos, ou está sendo tendencioso e subjetivo em sua interpretação da lei e deveria ser afastado de sua função pública.

Outra ilusão do sr. promotor é supor que um debate com estudantes de uma Universidade poderia estimular o consumo de drogas. Talvez o sr. promotor não saiba que

o acesso aos entorpecentes existe dentro e fora da UnB, e não seria um debate com a presença de um representante do «Desafio Jovem», entidade contrária à liberação de qualquer droga, que modificaria atitudes já firmadas pelos estudantes da UnB, pessoas esclarecidas e conscientes de seus atos. Se o sr. promotor tem filhos na UnB, deveria trocar algumas idéias com eles.

Mais um equívoco do sr. promotor é tentar enquadrar o indiciados no item «contribuir ao uso indevido ou tráfico ilícito de entorpecentes». É do conhecimento do sr. promotor, que se condenou no debate o uso da maconha como elemento de «fuga». Isso e contribuir ao uso indevido? Além disso, em nenhum momento defendeu-se o tráfico ilícito, este sim nefasto sob todos os aspectos e contra o qual o sr. promotor não moveu um dedo sequer com suas descabidas colocações.

Por último, ao tentar indiciar o advogado Eugênio de Aragão, o sr. promotor o impede de exercer um dos princípios básicos dos Estatutos da Ordem dos Advogados do Brasil, dos quais o sr. promotor talvez não tenha conhecimento, que diz ser dever do advogado discutir a lei para aperfeiçoá-la. O sr. promotor tolhe não apenas a liberdade de discussão e opinião em uma instituição que se pretende «Casa do Saber», como também coloca obstáculos à consciência profissional de um colega advogado.

Agora, um conselho ao sr. promotor Antônio Gomes da Silva Filho. Não mande a polícia invadir o Campus desta Universidade para impedir a discussão de um tema que será abordado pela Assembleia Nacional Constituinte conquistada pelo povo brasileiro. Durante a campanha pelas eleições diretas, os estudantes da UnB estavam tão desmobilizados quanto agora. Como hoje, não tínhamos um Diretório Central, que nos representasse. Mas a determinação de todos enfrentou a truculência do general Newt Cruz. Defendamos a dignidade desta instituição. Não deixaremos que a UnB seja novamente violentada pela insensatez do arbitrio, agora travestido nas vaidades pessoais de alguns.

MURO

O Promotor e a Canabis Sativa

O Reitor da UFRJ já partiu em defesa da liberdade do espaço universitário ao se recusar a depor da Polícia Federal por causa da exibição do filme do Godard naquela Universidade. Agora é a vez da reitoria da UnB defender os alunos indiciados criminalmente por um promotor que, parece, não se lembrar direito do seu tempo de faculdade, esquecendo que Universidade é antes de tudo um grande fórum de discussões. Se maconha é proibida, questioná-la ainda não é. E defender o direito de pensar deveria ser papel de toda sociedade. Que mandada, seu Antônio R. (de reação...) Gomes da Silva Filho... um nome tão grande para tão pouca cabeça. (Vinicius Doria)

Vendendo gato por lebre

Vender jornal pode ser uma barra de vez em quando. E, às vezes, o cara tem que apelar para o sensacionalismo para conseguir. Que nem o *Jornal de Brasília* na sua edição de domingo. O jornal abriu com a seguinte manchete: «Faltam gêneros alimentícios no DF» e uma foto com uma prateleira de supermercado completamente vazia. Até aí tudo bem, se a foto não fosse de uma prateleira de chocolates. Essa foto deve ter sido tirada no sábado e, convenhamos, desde que os coelhos passaram a botar ovos, que Sábado de Eleluia deixou de ser o dia mais indicado pra se comprar chocolates. Quanto a se considerar chocolate como gênero alimentício de primeira necessidade, é a glória dos fabricantes que há anos fazem campanha dizendo que «chocolate é gostoso e alimenta». (Rudolfo Lago)

Goiano não dá uma dentro....

A Comissão Organizadora do Campeonato de Canoagem realizado na cidade de Goiás, no último fim de semana, deixou muito a desejar. O local era ruim, as instalações do balneário péssimas, sem sanitários, preço alto, sem contar que a prova não é reconhecida a nível nacional. O cronômetro foi cedido pelos concorrentes de Brasília, que por sinal ficaram revoltados com a falta de estrutura da Comissão. É... coisa de goiano... (Denise Rothenburg)

Campus

Jornal — Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB
Professores Responsáveis: Murilo César Ramos, José Salomão David Amorim, Hélio Doyle, Maria Rita Leal (arte), Luiz Humberto Martins Pereira e Luiz Ventura (fotografia).
Editor Geral: Vinicius Doria
Secretaria de Redação: Denise Rothenburg
Chefe de Reportagem: Maria Cândia Benevides

Editores: Marluce Paulista Braúna, Ida Pietricovsky de Oliveira, Andrea Chagas Cerqueira, Adelia Barroso Fernandes, Ana Paula Macedo, Heloisa Helena Fernandes, Cláutenio Delene, Fábio Henrique C. Guimarães, Rudolfo Lago, Shirlene Costa, Marta Faria Andrade, Fabrizio Marques, Ivan Brscan, Vinicius Doria, Juarez Libaino, Mª Cândia Benevides, Amneres Pereira, Alessandro Galvão, Cid Queiroz, Nevinho Alarcão, Mª Aparecida de Oliveira, Mª Lucia Sigmaringa Seixas, Nara Ferreira, Sandra Machado, Denise Rothenburg de Sá, João Batista Paganine.

Reportagem: Fernando de Freitas, Greice — Angelotti Neves, Jorge E. Lage, Cláudio Marcelo Tourinho, Guilherme Solino Evelim, Paulo Alberto Fortes, Lilian Fonseca, Ana Tereza Schimer, João Anderson de Jesus, Cláudia Moema, Sabrina Costa, Jorge Luis Vianna, Ana Paula Padrão, Katia Turra e Renato Afonso Moreira.
Diagramação: Chico Amaral
Fotografia: Margareth Vitória e Natália Kneipp
Laboratorista: Jeová Xangô
Ilustrações: João Batista Paganine, Humberto Junqueira e Adriano Valle.

Favor não falar de fumar

Fabricio Marques

Nossa história começa no dia 13 de março, quando um debate sobre «Liberação do Uso da Maconha» se realizou no anfiteatro 12 do Minhocão. O tema era polêmico e certamente despertaria o interesse dos estudantes da UnB e dos jovens da cidade. A imprensa estava presente e os jornais dariam destaque ao debate que acabaria sacudindo a UnB.

Um psicólogo, um advogado, estudantes e um representante do grupo de recuperação de toxicômanos **Desafio Jovem** compunham a Mesa de debates. A questão da discriminação do porte da maconha foi colocada pelo advogado Eugênio Aragão, que refutou a possibilidade de liberação do uso da maconha no recinto da Universidade sob os argumentos de autonomia universitária e desobediência civil, hipótese levantada pelo estudante Jarbas Brito, também participante da Mesa. Ao final do debate, a palavra foi dada à platéia, que se restringiu a emitir suas opiniões sobre o uso de drogas.

No dia seguinte, saiu a matéria no **Correio Braziliense**, de autoria da jornalista Catarina Guerra, intitulada «Maconha não dá polêmica na UnB». A não ser algumas declarações de um participante do debate desvairadamente a favor da maconha e a revelação de que, fora do anfiteatro, estudantes repartiam 50 gramas da «erva», a matéria não trazia novidades e não teve, de imediato, grandes repercussões. Quatro dias depois, explodiu um efeito colateral da já quase esquecida matéria jornalística. O promotor de justiça da 3ª Vara Criminal, Antônio Gomes da Silva Filho, surpreendentemente solicitou abertura de inquérito à 2ª Delegacia de Polícia para apurar crimes que teriam sido cometidos. O promotor pediu o indiciamento dos estudantes Jarbas Brito, Edser e João Nelson e do advogado Eugênio Aragão, que tiveram declarações reproduzidas na matéria do **Correio**, o referencial de Gomes da Silva para as acusações. Ironicamente, o promotor pediu o indiciamento do estudante Jarbas Brito pelo apelido publicado no jornal: **Jarbas Jarbalino**.

A comunidade da UnB se espantou com a atitude do promotor, que pretende enquadrar os indiciados nos artigos do código de entorpecentes que proíbem o porte, o tráfico e a indução ao consumo de drogas. As penas previstas para estes delitos vão de três a 15 anos de prisão.

A Universidade de Brasília logo começou a se movimentar. A reitoria colocou sua assessoria jurídica a serviço do caso. Uma nova matéria foi publicada no **Correio** no dia 25 de março. Nela, os estudantes indiciados dão declarações extremamente cautelosas, alguns até negando o que ocorrera no debate. O reitor da UnB, Cristóvam Buarque deu uma entrevista à televisão defendendo o direito dos estudantes de debaterem as drogas. Segundo Cristóvam, se não houvesse discussão, ou os estudantes seriam todos viciados, e estariam fugindo do problema, ou estariam completamente alienados.

O estopim de uma nova crise surgiu quando se perguntou ao promotor Gomes da Silva em qual das duas situações (alienado ou viciado) ele se enquadrava, já que era contrário ao debate das drogas. O promotor afirmou que a lei poderia ser alienada, mas que deveria ser cumprida de qualquer forma. Indignado, Gomes da Silva disse que faria todos os esforços para impedir a realização de um outro debate já programado sobre o tema «Constituinte e Assuntos Marginais». A situação, por hora, está em compasso de espera. Os indiciados esperam a hora de depor. O promotor aguarda a realização do novo debate e a UnB espera não ser invadida pela polícia quando este se realizar.

MARGARETH VITÓRIA

Um debate promovido por estudantes virou notícia no **Correio Braziliense**. A notícia, lida por um promotor de Justiça, virou motivo para que fosse aberto um inquérito policial. Tudo isto porque o tema em discussão era a liberação da maconha.

UnB defenderá a sua integridade

Cláudia Moema

A defesa do estudante está intimamente ligada à preservação da Universidade no seu papel de debate e de integridade. A afirmação é do assessor jurídico da Universidade de Brasília, José Geraldo de Souza Junior, que considera o inquérito movido contra três alunos da UnB, participantes de um debate sobre a maconha, uma forma muito pessoal de se encerrar a sociedade.

O reitor da UnB, Cristóvam Buarque, colocou a Assessoria Jurídica da Universidade à disposição desses alunos, mas José Geraldo informou que ainda não tem como precisar como será isto. Em princípio, haverá um acompanhamento do inquérito, no sentido de preservar a posição da Universidade, enquanto instituição. No entanto, «pela forma dos fatos, é possível que eventualmente o advogado da Universidade patrocine essa causa», explicou José Geraldo.

Para o assessor jurídico, neste caso, a ação contra os estudantes está intimamente ligada ao papel que a UnB desempenha — preservar sua integridade, pois ao interferir no âmbito de defesa dos alunos, em última análise

estará se defendendo a Universidade.

De acordo com o Decreto-lei nº 78.992, que regulamenta a lei de tóxicos — nº 6.368 — nenhum texto, peça publicitária ou mesmo a realização de seminários sobre substâncias entorpecentes, pode ser divulgado sem a prévia autorização do órgão competente. No caso o Conselho Federal de Entorpecentes, vinculado ao Ministério da Justiça. Para José Geraldo, isso prova que o debate não é proibido, apenas teria que ser autorizado. Segundo ele, a falta de autorização não caracteriza crime e não é pelo descumprimento de uma norma que alguém se converte em criminoso. José Geraldo afirma que a UnB tem uma posição fixada de acordo com a sua autonomia e não precisa estabelecer essas condições prévias.

José Geraldo lembra que outros debates sobre maconha já ocorreram no âmbito da UnB. Em outubro de 1984, a Universidade promoveu um debate sobre o tema, onde estiveram presentes o então juiz da Vara de Tóxicos e Contravenção, o então secretário-geral do Ministério da Justiça, Arthur Pereira Castilho e o próprio advogado Eugênio Aragão, que agora, está sendo indiciado junto com os estudantes. Ano passado, outro debate sobre tóxicos ocorreu na

UnB e, em nenhum dos casos, afirma José Geraldo, houve abertura de inquérito.

A partir do momento em que a Assessoria Jurídica estiver acompanhando o processo, ela poderá tentar trancar o inquérito. Para isso, segundo José Geraldo, a simples falta de «justa causa» será motivo para um «habeas corpus». José Geraldo justifica essa possibilidade baseado no Estatuto da Fundação Universidade de Brasília, em seu artigo 8, inciso I, pelo qual «a Universidade terá como objetivos essenciais, ministrar educação geral de nível superior, formando cidadãos responsáveis, empenhados na procura de solução democrática, para os problemas nacionais». Segundo ele, não se forma cidadãos responsáveis escamoteando discussões nacionais, ao contrário, elas precisam ser enfrentadas.

Nesse aspecto, José Geraldo é implacável ao defender o papel de uma Universidade. Segundo ele, a UnB fixou o seu espaço, que é de livre discussão e núcleo de reflexão para organizar seus objetivos universitários. «A UnB está estruturada para formar cidadãos e preocupada com a construção da democracia».

E tudo começou com uma repórter

Alessandro Galvão

13 de março: um dia como todos os outros na redação do **Correio Braziliense**. Opaiteiro, encarregado de distribuir os assuntos do dia, pergunta a cada repórter que vê pela frente: «Você já fumou maconha?» A escolha para cobrir mais um «debate sobre tema polêmico», como pode ser classificado o assunto no meio jornalístico, acabou caindo sobre Catarina Guerra, repórter recém-formada pela UnB. Ela é quem fala:

«Os critérios de escolha do repórter, que incluíram até uma pergunta de cunho pessoal, põem por terra qualquer ilusão de que o jornalismo possa ser, realmente, uma atividade neutra. Na verdade, antes de chegar ao leitor ou telespectador, o fato atravessa inúmeros filtros, dos mais diversos tipos. É importante que os consumidores dos noticiários tenham consciência disso para manter sua postura crítica em relação à notícia».

Como a repórter vê as consequências de sua matéria, que tendo o antiprofético título de «Maconha não dá polêmica na UnB», levou quatro pessoas a serem indiciadas e acirrou ainda mais a questão da autonomia universitária? «Achei surpreendente.

No começo, não entendi. Depois, analisando o discurso do promotor, comecei a perceber melhor as coisas... Por incrível que pareça, ele chegou a se referir ao que aconteceu lá como «um debate pela liberação da maconha. Acho que isso mostra bem o conceito deturpado que o senhor promotor tem do que venha a ser um debate. Não me sinto comprometida com nenhuma ética institucionalizada. Tenho minha ética pessoal. Na hora de escrever a matéria, só me preocupei com a informação de que lá fora havia quatro pessoas dividindo fumo entre si. A meu ver, foi a única coisa comprometida (do ponto de vista criminal) que estava acontecendo ali. Pensei em não incluir isso na matéria, mas depois cheguei à conclusão de que era um dado importante para o leitor sentir o clima em que rolou o debate. Só que jamais citaria o nome das pessoas que estavam fazendo isto. Agora, respeito profundamente o colega que resolvesse, num caso desses, dizer o nome das fontes e jamais falaria que ele estava «fazendo o papel da polícia». Fui acusada disso por um colega do Campus».

Jornalismo pós-moderno

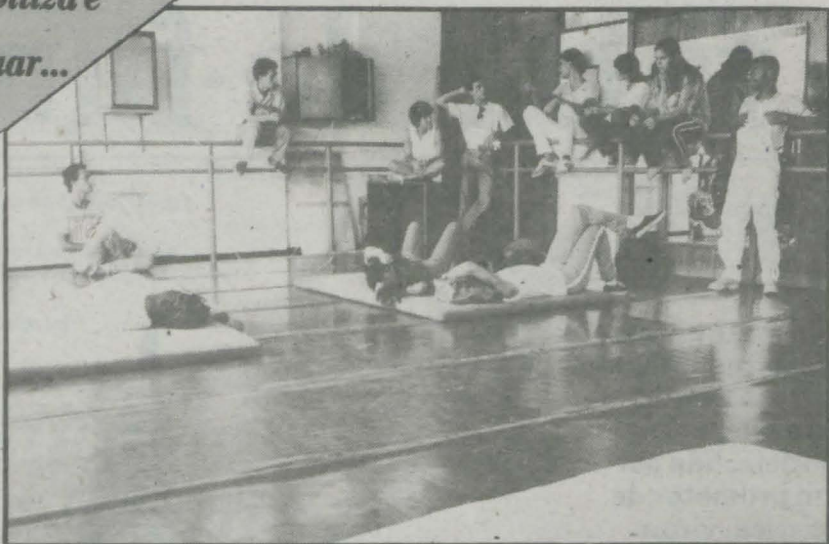
Engana-se quem acha que essa foi uma entrevista realizada nos

parâmetros convencionais. «Fala aí que eu tentei o tempo todo subverter». Catarina datilografou a maioria de suas declarações: «Pra mim é mais fácil construir um discurso escrito à máquina. Acho que me viciou. Ainda bem que este é um vício socialmente tolerado...». As vezes, chegávamos à situação surrealista de ter a entrevistada perguntando ao entrevistador qual a pergunta que deveria ter sido feita para aquela resposta que ela dera; em outra ocasião, foram negociados os direitos autorais de uma frase original, contida numa declaração. No diálogo que subsidiou a presente matéria, o que foi discutido foi o jornalismo. «A relação repórter/fonte é muito interessante. É uma relação de sedução. A sedução de dar/receber a informação. Como toda relação desse tipo, pode ser perigosa e problemática». «A diferença de comportamento entre a fonte que tem o hábito de lidar com a imprensa e aquela que não tem salta aos olhos. Acho que é a diferença entre a consciência e a inconsciência sobre a dimensão política que qualquer afirmação pode tomar quando veiculada por algum meio de comunicação de massa».

Uma das limitações do jornalismo é o espaço.

O grupo se mobiliza e tenta continuar...

MARCELO FEIJÓ



O GEDUnB dança ou não?

Paulo Alberto Fortes

Depois de aproximadamente 15 anos de existência, com intensa atividade na área de dança, teatro, experimentação de movimentos e idéias cenográficas, o GEDUnB, Grupo Experimental de Dança da UnB, ameaça desaparecer. O grupo é vítima da burocracia e da pouca atenção dada por parte dos dirigentes da Universidade.

O problema começou quando Luiz Mendonça, funcionário da UnB no cargo de Escriturário II, mas na prática, orientador do GEDUnB, foi convidado a tornar-se professor do Departamento de Desenho. O grupo, então, com a possível saída de seu orientador-professor, mobilizou-se na tentativa de conseguir substituto. Luiz Mendonça, apesar de só ter assinado seu contrato como professor no dia 18 de março, assumiu seu novo encargo desde o primeiro dia de aula do semestre.

Antes mesmo de iniciado o 1º período letivo de 86, os alunos participantes do grupo reuniram-se com a Chefe do Serviço de Apoio Cultural, Conceição Zotta Lopes no intuito de pedir a contratação de novos orientadores. Fizeram depois visitas ao Assessor Jurídico da UnB José Geraldo e a Antonio Ibanez, Decano de Assuntos Comunitários.

Em todos os encontros os procurados alegaram questões de natureza burocrática que impossibilitavam qualquer solução. O

grupo em mais uma tentativa elaborou um documento, com suas reivindicações, dirigido ao reitor Cristovão Buarque. Finalmente, dia 24 de março, em entrevista concedida ao Campus e na presença dos integrantes do grupo, o professor Ibanez prometeu tomar providências para solucionar o problema. No mesmo dia encaminhou uma consulta à Assessoria Jurídica da UnB para estudar novas contratações. Concretamente, no entanto, nada foi resolvido.

O GEDUnB realizou ano passado, dezenas de apresentações dentro e fora do campus universitário, sendo conhecido por grande parte dos alunos da UnB. Sua

atividade é extracurricular, não adiciona créditos e é aberta a qualquer aluno da UnB, sejam eles de Medicina ou da Biblioteconomia. E atualmente uma das poucas atividades da universidade que mantém os alunos no campus fora dos horários de aula. Segundo os dançarinos do GEDUnB, nos dias em que se fala da criação do Centro de Vivência da UnB, que tem a intenção de melhorar a integração entre alunos, é absolutamente absurdo que o grupo paralise suas atividades.



RODRIGO MESQUITA

...seu antigo trabalho

UnB inaugura 1º cinema da Asa Norte

Ana Teresa Serpa
Renato Afonso

Brasília já conta com mais uma opção cultural. O Cinema de Arte Dois Candangos, que foi inaugurado no dia 18 de março com a exibição do filme "O Pagador de Promessas", tornou-se o primeiro cinema da Asa Norte. A partir de uma proposta inovadora, envolvendo também uma cinemateca, o Cinema Dois Candangos começou a funcionar com uma programação de filmes sobre "Cinema e Religião: Censura", que se prolongou até o dia 24, quando foi realizado um debate sobre o tema.

A proposta, segundo os organizadores do novo cinema, é apresentar quatro filmes diferentes por semana, de quinta a domingo e sempre às 20 horas, relacionados com uma temática motivadora dos debates a serem realizados às segundas-feiras no mesmo horário e que contarão com a presença de convidados e especialistas. O local das projeções é o auditório Dois Can-

dangos, que foi reformado e conta agora com 198 lugares, e equipamentos 35mm, profissional. Será cobrada, como entrada, uma taxa de manutenção de 10 cruzados, sendo que os alunos carentes da UnB pagarão apenas 7 cruzados.

A programação do cinema será feita "de forma democrática e de acordo com as disponibilidades dos filmes e a escolha dos temas". Existe ainda a idéia de se fazer uma sessão ao meio-dia na sexta e criar dois horários no fim de semana.

Cinemateca

O projeto da cinemateca, que partiu de uma iniciativa do Núcleo Popular de Cultura da UnB e, segundo seus idealizadores, não tem qualquer compromisso ideológico, consta de um centro de documentação, um núcleo de vídeo, um cinemóvel, além do Cinema de Arte. O centro de documentação espera pela instalação de uma sala adequada para receber o material que for conseguindo, sendo que esse espaço deverá ser também no prédio

do Dois Candangos. Por outro lado, a cinemateca recebeu do diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas a promessa de doação das cópias de filmes que são recolhidas depois de vencidos os seus certificados e que, até então, eram incineradas.

O núcleo de vídeo encontra dificuldades para sua legalização e estruturação, devido a incoerências encontradas na legislação sobre vídeo. Já o cinemóvel, que pretende percorrer cidades-satélites, bairros, sindicatos, escolas e outros lugares, também espera pela aquisição dos recursos necessários.

Os estudantes que estão organizando o projeto têm uma idéia do que cada um dos núcleos — cinema de arte, núcleo de vídeo, documentação e cinemóvel — precisam, mas não têm ainda uma estimativa total de custos. O projeto conta com o apoio e o respaldo financeiro da reitoria da UnB e com o auxílio da Censura, da Embrafilme e da Fundação Cultural do DF.

Editora herda mais que velhos livros

Ana Paula Padrão/
Juarez Libaino Martins

Carlos Castello Branco, Afonso Arinos de Melo Franco, Helio Jaguaribe, Luis Viana Filho, Heitor Ferreira de Aquino, Geraldo Severo de Souza Ávila, assim como outros nomes de igual projeção, correm o risco de não chegarem ao final de seus mandatos no Conselho Editorial da Editora Universidade de Brasília.

Depois da tentativa de desligar estes nomes do atual Conselho de uma maneira informal mas que, obviamente, sofreu entraves políticos, a Administração da UnB resolveu pela votação de mudanças no regimento interno da Editora, prevendo novos critérios para a escolha dos membros do Conselho Editorial, extinguindo assim os atuais mandatos. As mudanças deverão ser aprovadas este mês.

Segundo Timothy Mulholland, diretor da Editora, a saída destes membros resolveria ao menos 50 por cento dos problemas pelos quais passa a Editora, já que a dilatação do mandato do Conselho por mais dois anos — herança do fim da gestão Azevedo — só permitiria a renovação em outubro de 86. Dentro dos critérios a serem aprovados buscam-se nomes com respaldo dentro e fora da Universidade e que, de preferência, residam em Brasília para evitar a dificuldade de comunicação que existe agora.

Linha editorial

Teoricamente, a nova linha filosófica e ideológica proposta na Universidade, as discussões que tomam espaço no meio acadêmico, enfim, o processo de guinada política em que vive a comunidade universitária, conduziriam a transformações na linha editorial da Editora UnB. Na prática, o quadro não é bem este. Problemas antigos, como o próprio Conselho, o estoque-encalhe, a falta de uma política agressiva de comercialização fazem com que, agora, isto se constitua num empecilho para a mudança da imagem da Editora.

A prática habitual de uma editora universitária é se voltar para um público específico ou interligado, com a publicação de textos de peso histórico, técnico ou científico. Por outro lado, a maior crítica sofrida por esta prática editorial na UnB, foi e continua sendo exercida pelo que seria seu maior público: a própria Universidade. Para o professor Timothy, a publicação de obras que normalmente não seriam lançadas por editoras comerciais é mais relevante que o lucro, já que essa editora em si não tem fins lucrativos, embora não se proponha a operar no vermelho. Reside aí um grande impasse: sobreviver como editora comercial na preocupação de diminuir o déficit, ou assumir os padrões de uma editora nos moldes universitários? A atual direção da Editora procura uma saída nas coedições, que reduziriam os custos, facilitariam a comercialização e a distribuição do seu produto.

Desta forma, os recursos originais da FUB tenderiam a crescer. "Fica diminuído o problema comercial, mas não a questão da linha editorial. É certo que a editora não tem como competir ou se tornar uma editora comercial, mas poderia se abrir para uma linha literária, o que provavelmente satisfaria as pressões da grande maioria do corpo discente. As promessas feitas neste sentido se esvaziaram, como o Concurso de Contos e Poesias de Edgar Allan Poe a João Cabral de Melo Neto, promovido pelo Centro Acadêmico de Letras,

cujo resultado saiu no primeiro semestre de 85. O regulamento previa a publicação dos 10 melhores trabalhos em livro pela Editora da UnB, em negociações junto à reitoria. Amneres Pereira, aluna do Departamento de Comunicação e vencedora na categoria contos, até hoje espera a edição deste trabalho. Timothy alegou não ter conhecimento do concurso. Talvez tenha se perdido nos arquivos.

Encalhe

O professor Murilo Ramos, quando Decano de Extensão interino na gestão do reitor Luis Octávio de Souza Carmo, viu-se atolado em 550 mil volumes, estoque da Editora, em grande parte "encalhado". Para se ter uma idéia da absurda quantidade de livros estocados, a Biblioteca Central teria de ser duplicada para recebê-los.

Depois da independência da Editora em relação do Decanato de Extensão, promovida por Murilo Ramos, o professor Timothy, no cargo de diretor, teve que escoar este "encalhe", liberando assim parte do legado.

Apesar do esforço, o estoque continua um peso que a Editora carrega, já que não há como se livrar dele. O que se tem feito agora é tentado evitar o encalhe com a comercialização ostensiva e descontos consideráveis para alunos, professores e funcionários. Exemplo é a publicação de "A Volta o Cometa", de Nigel Calder, com tiragem de cinco mil exemplares, dos quais 3.200 já vendidos.

Contratos

Durante o ano de 85, a Editora lutou para não dar à FUB um prejuízo de meio bilhão de cruzeiros. Mais uma obra de Azevedo, ao deixar fechados contratos para a publicação em prazo curtíssimo de 70 trabalhos.

O impossível foi conseguido na gestão Timothy: a negociação direta de cada contrato. Uma vitória contra o aumento do encalhe, já que estas renegociações alargaram o tempo que se precisaria para a elaboração de uma política de comercialização correta.

Além de todos os bens deixados, a linha ideológica — parte do plano político de relações públicas do ex-reitor — ainda se fará presente por pelo menos mais 140 mil volumes, que correspondem às negociações feitas e ainda sem publicação.

Clube do Livro

e Revista Humanidades

A experiência do Clube do Livro não trouxe ainda bom resultado comercial. Atuando como o sistema de mala direta, a Editora não tem condições de emitir periodicamente listas com novos títulos, o que desestimula os sócios.

A revista Humanidades, editada com o apoio da Shell do Brasil, teve sua publicação paralisada no número 9, que coincidiu com a mudança da reitoria. A Administração está em negociações para conseguir o apoio da Caixa Econômica Federal, já que uma empresa estatal vai mais ao encontro das preocupações da Editora.

Não há dúvidas de que a principal meta da atual diretoria da Editora é a mudança de sua imagem na UnB. Os esforços têm sido no sentido de atingir estes objetivos, sem com isso abdicar do espaço alcançado no mercado, e sem se desviar de sua linha editorial.

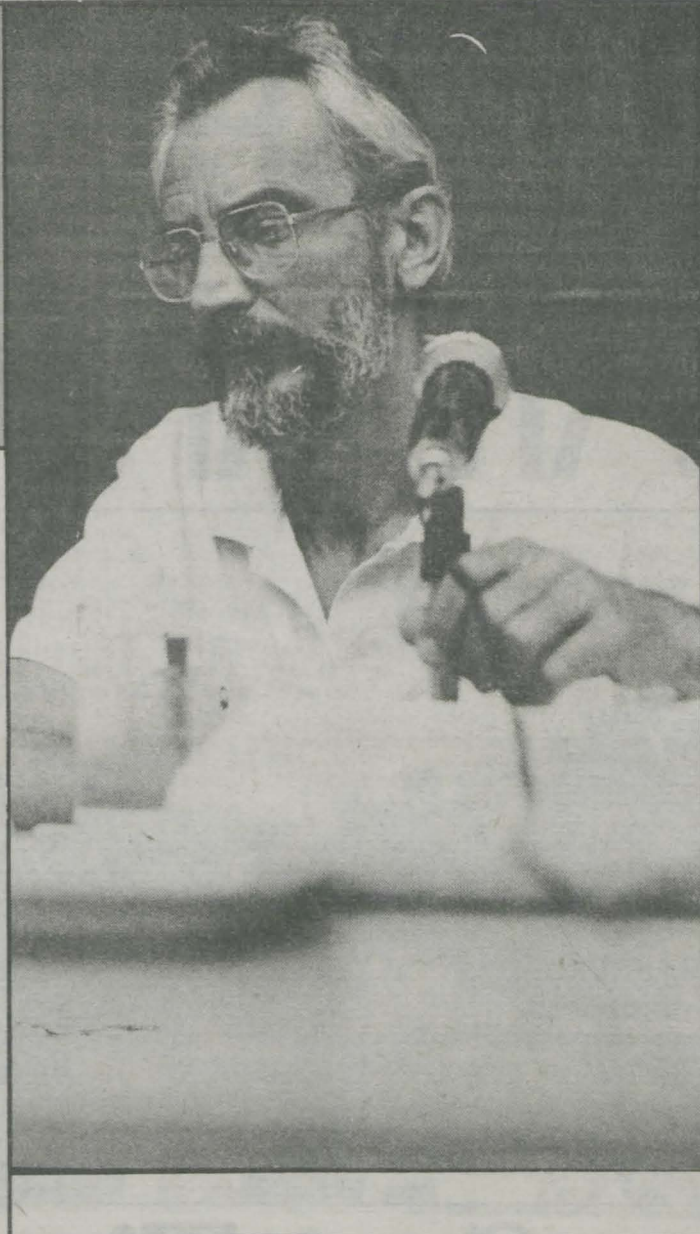
A mudança do Conselho Editorial é a busca de um caminho, mas a Editora traz vícios está extremamente comprometida politicamente. Isso faz com que ela tropece nas suas tentativas de independência ideológica e comercial. "A Editora não é auto-suficiente até hoje", nas palavras de Timothy.

Receitas para o bolo

Para os que quiserem participar do bolo, aí vai a receita. É o cronograma estabelecido pela "Estatuante": Até o dia 4 de abril as entidades representativas dos segmentos da Universidade devem fazer consultas à comunidade sobre o encaminhamento das questões a serem discutidas e opinar sobre a necessidade e validade de convocação de um Congresso Universitário com o objetivo de debater as questões fundamentais da educação e da gestão universitária, e extrair diretrizes para se repensar os novos rumos da UnB.

Até 14 de abril o grupo aguarda a indicação dos representantes dos setores da comunidade universitária para constituir uma comissão paritária organizadora do Congresso. A comissão vai ser constituída de 15 membros, entre professores, alunos e funcionários. De 28 de abril a 2 de maio vai haver uma semana de estudos da qual participarão todos os segmentos da comunidade universitária. Essa semana está prevista no calendário escolar erroneamente como recesso escolar. O resultado de todas essas discussões em torno da questão universitária vai desembocar no Congresso universitário a ser realizado nos dias 13, 14 e 15 de maio. Mestre-cuca ou não, o negócio é participar da confecção do bolo porque depois não vai dar pra reclamar do sabor.

Ulisses Lacava



Centro de Vivência: A UnB como lazer

Kátia Turra

Depois de quase 20 anos, finalmente a Universidade de Brasília terá implantada, até o final deste ano, uma primeira parte do seu Centro de Vivência. Trata-se de uma ideia que remonta à instalação da Universidade; ela já estava presente nos primeiros desenhos de Oscar Niemeyer, pois neles havia uma referência a um "Centro Comunitário", como era então conhecido.

Com as constantes mudanças acontecidas durante a construção do Campus, e com a falta de interesse das administrações que se sucederam durante o período da ditadura, o Centro de Vivência ficou esquecido e praticamente nada se realizou nesse sentido. Com a eleição de Cristovam Buarque, novos ares tomaram conta da Universidade, e a nova administração resolveu retomar o projeto.

Propostas

O Instituto de Arquitetura e Urbanismo, que participa da Idealização do projeto desde 1970, enviou para a Reitoria três propostas arquitetônicas visando a construção do Centro de Vivência. As propostas foram transmitidas à comunidade através do jornal "Projetos", distribuído no último semestre. Na última página um questionário abria espaço para

sugestões, o que parece não ter despertado muito interesse, pois segundo o Diretor de Engenharia da Universidade, o professor Erico Waidle, as respostas deixaram muito a desejar; o questionário não teve o alcance que se esperava.

"O projeto está em andamento para ser desenvolvido até julho, quando ficará pronta a parte arquitetônica, e até o final do ano começará a ser implantado em definitivo, garante o professor Erico.

O professor José Galbinski, autor de uma das propostas, acredita que haverá consenso quanto aos três projetos que estão sendo examinados pela Reitoria, surgindo então uma proposta única, que servirá de base para a implantação do Centro.

Por ser um projeto de grandes dimensões, é praticamente inviável a sua realização de uma só vez, o que justifica sua divisão em

diferentes etapas.

Os alunos de Arquitetura estão interessados em participar de alguma forma do desenvolvimento do projeto, e já começam a ter algumas ideias que possam subsidiar a proposta escolhida. Este é o caso dos alunos do professor Galbinski, que estão desenvolvendo um projeto de moradia no campus, um dos itens do Centro de Vivência.

"Criar dentro da Universidade ambientes que complementem as instalações já existentes, e preencham a lacuna para que haja um convívio gregário na Universidade", é para o professor Galbinski o objetivo principal do Centro de Vivência, opinião compartilhada por Erico Waidle. Ambos acreditam que o campus universitário não deva ser somente um local onde os alunos permaneçam no horário de aula, mas também um lugar de lazer.

Marcelo Feijó



O Centro de Vivência dará à Universidade um espaço mais adequado para o encontro e lazer dos estudantes, funcionários e professores.

ESTATUINTE

A autogestão universitária, ou "de como promover a reforma da universidade pela via jurídica". Os ingredientes: interesse (estudantes, professores e funcionários), um local e muita discussão.

Discussão, em vez de decreto

Jorge Maya

A nossa preocupação agora é como mobilizar a comunidade para que todos estejam conscientes do que seja a universidade. A universidade em si, em Brasília, no País. A discussão agora é a universidade. A afirmação é de Euridice Sardinha Ferro, tesoureira da Associação dos Servidores Técnicos Administrativos da Fundação Universidade de Brasília, a ATA-FUB. Ela é a representante da Associação em um grupo que está se reunindo desde dezembro passado para discutir e questionar a Universidade e seus rumos.

Embora a palavra não conste dos dicionários, o grupo está sendo carinhosamente apelidado de **Estatuante**. Os integrantes desse grupo não gostam do apelido, porque ele dá a impressão de que a discussão é só em cima do Estatuto, diz Euridice e completa: "O que estamos fazendo agora é uma discussão maior. Depois é que vamos partir para as minúcias".

"Não vamos fazer a Universidade por decreto. A gente precisa primeiro discutir a Universidade, para depois pensar na reforma dos Estatutos", acrescenta a professora Marialice Pitaguary, da Faculdade de Educação e representante da ADUnB na Estatuante. Marialice explica que "o atual Estatuto foi elaborado por duas pessoas, em alguns dias, dentro de um gabinete fechado. Esse último Estatuto já nasceu prejudicado pela própria condição de sua elaboração. Ninguém pôde opinar".

O Vice-Reitor, João Cláudio Todorov, explica que o grupo não pode ser chamado de Estatuante — numa procura de similaridade com a Constituição —, "porque ele não se propõe a uma simples reforma dos Estatutos, nem tem caráter jurídico para isso". O Vice-Reitor foi designado pelo Reitor Cristovam Buarque para "coordenar os trabalhos de organização do processo de debates, que permita a elaboração de uma proposta de novo Estatuto e novo Regimento para a UnB e a FUB". Segundo Todorov, que se apóia no jargão de psicólogo, "a minha função é de facilitador. A incumbência da Vice-Reitoria é fornecer local, servir como intermediário entre os três segmentos da comunidade universitária (professores, alunos e funcionários)". "É dar apoio material, datilógrafos, telefone e material de consumo para que as reuniões se realizem".

As reuniões da "Estatuante" são às quartas-feiras e a participação é livre. O ponto de encontro é a Vice-Reitoria. O Vice-Reitor define as reuniões como um "ponto onde a ATAFUB, ADUnB e estudantes convergem e conversam para, conforme o ponto de vista de cada um, ver o que vai ser feito".

Centralização

Apesar da preocupação com o Estatuto ser definida como assunto posterior, o fato é que ele é uma "espinha

atravessada na garganta da comunidade universitária". Segundo Todorov, o atual Estatuto é "supercentralizador e confuso". Ele exemplifica dizendo que "qualquer decisão de órgão colegiado, pode sofrer o veto do Reitor, que ainda pode tomar decisões sem consulta aos colegiados". Todorov deixa claro que o atual Reitor não adota tais procedimentos. O Vice-Reitor acrescenta ainda que a estrutura da universidade foi constituída de uma maneira errada. "Por exemplo, um processo originado na DAZ pode ser examinado por várias instâncias; o problema é que os integrantes de uma instância fazem parte das outras".

A "Estatuante" já aprovou um cronograma de atividades para mobilizar a comunidade na discussão da Universidade. A ideia é promover a discussão em todos os setores da UnB, e se for o caso, convocar um Congresso Universitário que dê subsídios para a elaboração de um novo Estatuto e Regimento para a UnB.

Participação

Algumas das conquistas democráticas não têm ainda suporte jurídico. Por exemplo, a eleição direta para reitor não está prevista no Estatuto. A Professora Marialice define: "Muitas das reformulações que se quer para o novo Estatuto, já foram estabelecidas por uma prática política." Mas, além de assegurar as conquistas, a reforma do Estatuto pode aumentar a participação da comunidade nas decisões.

"Com o Novo Estatuto, nós queremos espaço. Com o antigo não havia nenhum. Tudo dentro do bom andamento da Universidade. Nós não queremos separar as conquistas dos funcionários, do crescimento da Universidade", diz Euridice, a representante da ATAFUB.

Mas, entre a receita e o bolo, há um longo caminho a percorrer. A professora Marialice descreve o problema: "Está difícil você deslanchar essa discussão no Campus. Muitos professores, desinteressados na discussão, também não participaram em nenhum momento da luta para a transformação da Universidade. Nós reclamamos de um regime autoritário que formulou verticalmente o Estatuto e Regimento da UnB e paradoxalmente, agora, o interesse na reformulação desses documentos é muito pequeno por parte de todos os segmentos". Marialice conclui: "Nós não lutamos somente para trocar um reitor. Nós lutamos por ideias, as quais tentamos colocar em prática por meio de nossa atuação na Universidade". Euridice, da ATAFUB, faz um pedido: "Gostaria que todos os funcionários participassem e se mantivessem alertas, porque isso é muito importante para nós". "E o Vice-Reitor avisa: 'É hora de participar. Nós vamos mudar a Universidade. Quem não participar agora, que não reclame depois'".

Mas, quem está mesmo na berlinda na confecção do bolo, são os estudantes. Com a inexistência do DCE, nem todos os CAs enviaram representantes para participar das discussões. Assim como a maioria dos funcionários, a maior parte dos alunos não conhece o Estatuto e Regimento da UnB.

Fotos: ANA PAULA PADRÃO



Prisioneira do Vale:
uma penitência por
erros no passado

VALE DO AMANHECER



As pessoas parecem saídas de altares ou livros sacros. Caminham em longos vestidos bordados com cores fortes, ou envoltos em amplas capas cor de terra, adornadas com o crucifixo. Parece ser essa a única diferença entre este lugarejo e outros milhares espalhados por todo o País. Poderia-se até confundir o cenário com o de uma cidade do interior pronta para a procissão de

Nossa Senhora. Na pequena praça, que faz lembrar um parque de diversões por suas cores e formas atraentes, crianças e cachorros se misturam. A impressão que se tem é a de que vivem bem e são felizes. Desta mesma praça central as estranhas figuras se dirigem, em fila indiana — e aparentemente hierárquica — para o local onde se realizam os rituais. Silêncio. A fila passa por grande parte da cidadezinha e, sem intenção, nos faz perceber as “zonas sul e norte”. Estranhamente, verdadeiras mansões fazem parte da paisagem, e se contrapõem aos barracos erguidos na entrada do lugar. Na hora marcada, o ritual é quase coreografado, e, divididos em grupos de dois, os visitantes tomam suas bênçãos.

A vida no Vale do Amanhecer gira em torno de um mundo espiritual. Não existem restrições quanto aos “prazeres terrenos”, como na maioria das religiões espiritualistas. É desta forma que se justificam as casas no melhor estilo “lago sul”. No Vale, acredita-se que viver confortavelmente é um direito do corpo, já que ele é o instrumento de vida na terra. Grande parte da população fuma, e, pelo menos uma vez por semana, o próprio Vale organiza um forró para os jovens. A única proibição é o álcool, que não é vendido dentro da pequena chácara. Apesar disso, muitos dos que fazem parte desta organização incomum compram bebida nas cidades vizinhas.

“Tá bem do jeito que tá”
O planejamento econômico é completamente precário, e existe por força das circunstâncias. Não há nada organizado neste sentido. Os bares, livrarias e enfim, todo o comércio surge por vontade dos moradores, como alternativa de subsistência, já que quase todos têm seus empregos em Planaltina, Sobradinho ou mesmo no Plano Piloto, alguns ganhando muito bem. Os empregados no comércio são, em geral, adolescentes que vivem ali, às custas da creche Crianças de Tia Neiva, e nem sabem o que é uma carteira de trabalho. “A gente faz isso só para matar o tempo”, diz Glória, 20 anos, balconista de um dos bares.

Ao contrário do que se poderia imaginar, a agricultura é quase inexistente, e, definitivamente, não é uma preocupação dos habitantes do Vale. Perguntado sobre por que não se dedicavam mais à agricultura de subsistência, visto que a terra é propícia e que este poderia vir a ser um fator importante na organização social do Vale, um dos moradores respondeu: “A gente tá bem do jeito que tá”.

Ana Paula Padrão

Sem Tia Neiva, a histo

*Dinheiro, terras e templos,
um trino resolve hoje, os problemas
do vale. No comando, Mário Sassi,
o viúvo da rainha.*

O poder após Tia Neiva

Paulo Alberto Fortes

Após a morte de Tia Neiva, a administração financeira e a organização da doutrina no Vale do Amanhecer passou para as mãos de um Trino, com quatro elementos. «Como os três mosqueteiros», diz Mário Sassi, viúvo de Tia Neiva, o D'artagnan do Grupo.

O Trino é formado por Mestre Jaguar, responsável pela execução da doutrina, organização de cultos, festas e cerimônias; Mestre Ajará, que presta assistência aos templos externos e organiza as finanças; Mestre Sumanã, o «coringa do Grupo», faz de tudo um pouco; e finalmente, Mestre Tumushi, o próprio Sassi, responsável pela doutrina em si, seu misticismo e teoria.

Mário Sassi trabalhou como assessor de Relações Públicas da Reitoria da UnB até 1967. Após isso não exerceu mais nenhuma atividade profissional, dedicando-se integralmente ao Vale, aonde mora desde o seu aparecimento. Assume totalmente a posição de viúvo: «Eu sou o ex-marido da rainha, da Inglaterra». Os quatro filhos de Tia Neiva também moram no

Vale, no entanto, os dois filhos homens trabalham em Brasília como segurança e motorista do Senado.

Terreno

Há 16 anos, Tia Neiva conseguiu uma autorização do Governo para ocupar o terreno onde hoje fica o Vale do Amanhecer. A área teoricamente deveria ser usada para agricultura. No entanto, Tia Neiva não deu muita atenção a isto e iniciou a construção do seu Templo. Os anos se passaram e muitos adeptos da doutrina foram construindo casas para morar ou passar fins de semana místicos. É comum no Vale do Amanhecer casas com grandes varandões e carros de luxo na garagem sem qualquer tipo de escritura. O terreno é do Governo.

Segundo Sassi, nada disso foi planejado e hoje, é proibida a construção de novas casas no Vale.

Ostemplos

Outra tarefa do Trino e especialmente de Mestre Ajará é a assistência que deve ser dada aos 42 Templos da doutrina que existem hoje fora dos limites do Vale. Os Templos externos são autônomos fi-

nanceiramente, a assistência limita-se a questões da própria doutrina.

Apesar da grande quantidade de Templos, o Vale do Amanhecer não possui um plano de expansão organizado. «O milagre da multiplicação» dá-se de forma aleatória, quando os Médiuns iniciados na religião mudam-se de Brasília e proximidades e continuam seus trabalhos místicos em outro Estado.

Doações

O Vale do Amanhecer não precisa de muito dinheiro para sobreviver. Hoje, a maior parte das construções que lá existem são casas de moradores com luz e água. Benefícios implantados pelo Governo.

Os Templos, imagens e salas que servem aos cultos, apesar de exóticos não têm, nem de longe, o acabamento e o luxo das igrejas protestantes e católicas do Distrito Federal. O viúvo Sassi afirmou que não aceita ajuda financeira de nenhum visitante ou frequentador do Vale. As doações em dinheiro só são recebidas quando feitas por membros iniciados e praticantes da doutrina. Não se paga um cruzado para visitação ou possíveis participações no culto.

**Quem foi
esta rainha**

Neiva Chaves Zelaya camioneira que trabalhou na construção de Brasília. Em 1959, ela começou a ter visões de dois espíritos: Pai Seta Branca e Mãe Tildes. Assustada, pois até então não tinha nenhum tipo de religião, Neiva foi procurar ajuda de padres e até mesmo de médicos, mas eles não conseguiram resolver seu problema.

Foi assim que a Tia Neiva decidiu acreditar nos espíritos e obedecê-los. Abandonou sua profissão e, seguindo as orientações de Pai Seta Branca, começou a formar, no Núcleo Bandeirante, uma nova religião, apesar de sua pequena formação escolar. Ela havia concluído apenas o terceiro ano primário.

Quando os adeptos começaram a aumentar, a dirigente sentiu a necessidade de criar um local para as reuniões. A religião já tinha então o nome de Corrente Branca do Oriente Maior, uma linha do espiritismo. Os encontros passaram a ser realizados em Serra do Ouro, a 14 quilômetros de Alexânia.

Em 1963, com a proximidade do golpe de 64, Mãe Tildes e Pai Seta Branca avisaram a Neiva que o local era muito exposto, pois havia a possibilidade do conflito ser grande, e sugeriram uma nova mudança, agora para Taguatinga. Mais tarde, já em 1969, Tia Neiva resolveu transferir mais uma vez o local das concentrações, por necessitar de um lugar maior, já que a comunidade não parava de crescer. Foi assim que nasceu o Vale do Amanhecer, onde a religião veio realmente tornar-se conhecida. E se tornou tão forte, que nem a morte de Tia Neiva, em 15 de novembro do ano passado, conseguiu diminuir o número de adeptos.

Maria Lúcia Sigmaringa

Força, Fé e Energia

Maria Lúcia Sigmaringa

Cerca de 60 mil pessoas frequentam todo mês o Vale do Amanhecer, para participar dos seus cultos e rituais. Na opinião de Mário Sassi ou Trino Tumushi, é a dor que leva homens e mulheres até o Vale. Ele explicou que por estar localizado longe da cidade, as pessoas só procuram o local em última instância, quando já tentaram de tudo para resolver seus problemas. "E elas geralmente voltam", continuou Mário Sassi, "porque sempre saem daqui melhores do que entraram".

O depoimento de Suerda Márcia de Melo e Silva confirma as palavras do Trino Tumushi: "Depois que comecei a frequentar o Vale, a minha vida melhorou muito. Passei a compreender melhor as coisas e ter mais tolerância com os problemas". Suerda participa das atividades do Vale há 13 anos. Ela chegou ali em busca de ajuda para sua irmã que sofria de alucinações.

Atualmente, Suerda e a irmã, completamente curada, são Aparás do Vale e até mesmo seus filhos, de três e cinco anos, já estão se iniciando na religião. Aliás, uma religião bastante diferente de qualquer outra, já que a primeira coisa que chama a atenção quando se entra na comunidade é o tipo de roupa que as pessoas usam para participar dos cultos. Elas mais parecem fantasias de carnaval do que "indumentárias", como eles próprios as denominam. Um exemplo disso é certas capas que médiuns e pacientes vestem para participar de alguns rituais. Elas servem para proteger as pessoas dos "espíritos maus" que podem estar por perto na hora das cerimônias.

A frase mais ouvida no Vale do Amanhecer é "Salve Deus". É assim que as pessoas se aproximam das outras toda vez que querem falar alguma coisa. Mais que uma saudação, o "Salve Deus" serve para introduzir diálogos.

Outra palavra bastante ouvida no Vale é "energia". Ela faz parte da maioria das explicações. O médium, por exemplo, é aquele que consegue concentrar a energia presente no centro nervoso de todo ser humano e que é distribuída para o resto do corpo. Além disso, há várias formas de captação de energia espalhadas pelo Vale: um de seus templos representa uma pirâmide (fonte de energia para os egípcios) e o símbolo da Corrente Branca do Oriente Maior é uma elipse (outra forma de captar bons fluidos).

Diferente da maioria das religiões, a de Tia Neiva não faz nenhum tipo de restrições moral a seus seguidores. A única proibição, o álcool, tem motivos mais racionais do que propriamente religiosos. Acontece que a bebida torna as pessoas menos responsáveis, o que não pode acontecer com quem trabalha no Vale. O próprio Mário Sassi confessou-se "um cachaceiro de primeira" antes de entrar para a doutrina. Dizem até que ele chegou a perder o emprego na UnB por causa disso.

Mesmo ao se tratar de relacionamentos entre homem e mulher, as regras do Vale são bem liberais. Eles não são contra as pessoas viverem juntas e celebram o seu casamento sempre que as pessoas estiverem com suas situações regularizadas perante a lei. Um casamento por sinal que não cobra juras nem promessas. Trata-se apenas de uma oração para mobilizar energias e, assim, ajudar o casal. É o chamado casamento cigano.



Mário Sassi é o responsável pela continuidade da doutrina

Uma comunidade bastante curiosa, onde as pessoas se vestem de forma absurda e acreditam em coisas fantásticas. Foi isso o que a Editoria Especial do Campus encontrou no Vale do Amanhecer. Nesta reportagem, você vai saber como funciona o Vale, de que forma é administrado, quais as principais crenças e como vivem as pessoas de lá.

ória continua

Jesus Cristo, Pai Seta Branca, santos, faraós, Yemanjá, monges Tibetanos e até pensadores gregos... Enfim, uma mistura que deixaria Oxalá de boca aberta!

Uma salada de cultos

Denise Rothenburg

"24 horas no ar com o Senhor". Assim os adeptos do Vale do Amanhecer definem a linha do espiritismo criada por Neiva Chaves Zelaya, intitulada "Corrente Branca do Oriente Maior". Na opinião deles, o principal objetivo do Vale é prestar socorro espiritual a aqueles que os procuram e, ainda, desenvolver a mediunidade para evitar problemas futuros.

Entender o significado da arquitetura do Vale, seus rituais e sua hierarquia não é fácil. Até mesmo as pessoas de lá se confundem e acabam concluindo que a lógica real é um dogma, e só a Tia Neiva saberia explicar.

A religião é uma miscelânea de cultos, seitas e culturas de diversas partes do mundo, tendo como base o espiritismo. Eles acreditam em Deus, em Jesus Cristo e na versão bíblica sobre sua vida e morte. Pregam a individualidade transcendente (um espírito eterno) e a personalidade transitória (corpo e alma passageiros). Crêem, ainda, em São Francisco de Assis, entidade da qual herdaram as cores das roupas masculinas — marrom e preto.

A partir daí, as coisas começam a ficar meio confusas para os leigos. Segundo Antônio de Oliveira, 36 anos, formado em Letras, bancário e "Guardião do Lago das Princesas", Francisco de Assis seria a reencarnação de João Batista, que, antes disso, teria sido Tutancâmon (um jovem faraó egípcio)!

Na arquitetura, o "caos" é ainda maior: O Lago das Princesas é um açude com um pequeno cais, onde, nas margens, encontram-se as imagens de Iemanjá, Yara e outras entidades ligadas às águas; o Sol de sete raios — cada um representando uma entidade de luz; além de uma réplica da pirâmide de Tutancâmon, que é tido como um grande centro de captação de energia. No seu interior estão as imagens de Pai Seta Branca, primeiro espírito a aparecer para Tia Neiva e dar as coordenadas para a criação da religião; e Mãe Yara, sua companheira.

Na escala de poderes, Tia Neiva continua como a Mentora de Alta Hierarquia Espiritual. Logo abaixo, no plano terreno, estão os trinos. Depois vêm os ministros, mestres e aparás — que incorporam os espíritos conscientemente, (para eles, não existe

incorporação inconsciente, ou seja, quem recebe o espírito sabe o que está acontecendo). Há, ainda, os doutrinadores, que trabalham com a intuição. Estes não recebem espíritos.

Maus espíritos

Um dos locais mais curiosos do Vale é a Estrela Candeante. Ali, é feito um dos trabalhos mais importantes, o chamado Trabalho da Estrela, que significa o afastamento dos maus espíritos. Neste lugar, baixam os espíritos de pouca luz.

Outro culto realizado na Estrela envolve pacientes — pessoas que não fazem parte da religião, mas vão ao Vale em busca de soluções para seus males. Os mestres pedem a eles que mentalizem suas casas para tirar de lá os maus espíritos. Segundo um dos mestres, essa Estrela suga os males, e por isso, possui grande carga negativa, o que acaba com a vegetação ao seu redor: "Tia Neiva dizia que se alguém possuísse a clarividência, sairia correndo, porque os espíritos residentes aqui são verdadeiros monstros".

O Vale possui ainda, diversos mistérios inexplicáveis para a maioria das pessoas, inclusive para seus próprios adeptos. "Mas como a Tia Neiva disse, está dito".

Uma boa convivência

Sandra Machado

Planaltina, num domingo à tarde, é como qualquer pequena cidade do interior. Casais namoram na praça, famílias vão à missa, moças e rapazes passeiam trocando gracejos. No dia-a-dia, ninguém parece dar muita importância ou mesmo demonstrar interesse no Vale do Amanhecer, que fica a cinco minutos da cidade.

Raimunda Batista, que mora em Planaltina há 13 anos, só foi ao Vale uma vez e parece mais preocupada em arranjar alguma distração na cidade do que falar no Vale, mas diz que acha o local muito bonito. Luis Araujo trabalha como pedreiro no Plano Piloto e vive há cinco anos em Planaltina. Assim como Raimunda, só foi uma vez ao Vale e não sabe dizer se as pessoas que moram lá ajudam, de alguma forma, a população da cidade. Já Ismênia Alves, que é empregada doméstica e reside desde 71 na cidade, parece manifestar algum conhecimento do Vale. Ela foi lá algumas vezes, pois tem um irmão "que era perturbado da cabeça e que só volta ao normal quando está se tratando em algum lugar espírita, como o Vale". Atualmente, está num centro em Anápolis. Ismênia afirma que a morte de Tia Neiva abalou todos em Planaltina e seu enterro foi "uma coisa muito comovente".

Entre outros moradores, todos dizendo-se católicos, é nítida a impressão de respeito pelo Vale e, principalmente, por Tia Neiva, que para muitos parece ser imortal. Ismênia acrescenta que vem gente de todo o Brasil para visitar o lugar, e não são poucos os que conseguiram "graças", como enriquecer ou curar doenças mentais e físicas.

O administrador Regional de Planaltina, Brasil Américo Gomes, revela que os atuais dirigentes do Vale procuram com frequência a Administração Regional, para solicitar ajudas materiais e que, sempre que possível, são atendidos. Para Américo, o Vale é uma entidade espiritual e só contribui neste sentido para a vida da cidade. "Quando Tia Neiva estava viva, o relacionamento nosso era mais intenso. Agora só tratamos dos problemas do Vale a nível de Administração".

A maioria sempre acaba no hospital

Marluce Braúna

O aborto não deve ser debatido na Constituinte, pois a questão não é liberar ou não a sua prática. O que se deveria estar discutindo são as reformas sociais de base que de certa forma concorrerem para o fim da sua prática indiscriminada. Essa, pelo menos, é a conclusão de alguns médicos.

O ginecologista Affonso Soares, médico da Casa de Saúde Santa Lúcia, acredita que combater as clínicas clandestinas onde se faz o aborto seria somente tentar acabar com os «efeitos», já que o centro do problema é, sem dúvida, a falta de conhecimento da anticoncepção. «A legislação», acrescenta, «deveria obrigar o Estado a dar educação sexual nas escolas para que a população, principalmente as jovens de 13 e 14 anos, tivessem acesso aos vários métodos contraceptivos existentes».

Segundo o doutor Walter

Amaral, ginecologista do Hospital Presidente Médici, os casos previstos em lei são «insignificantes», já que a realidade apresenta um universo bem mais amplo. «O que ocorre», continua Walter, «é que a maioria das mulheres que aborta sempre acaba no hospital».

A mortalidade, de acordo com as pesquisas, é pequena pela facilidade de acesso aos médicos, porém, as mutilações apresentadas no corpo da mulher acarretam problemas como a retirada de ovários, útero e, a médio prazo, a frigidez.

O que se pode observar é que apesar de serem conscientes da total ineficácia da lei na previsão dos casos citados, os médicos acreditam que se houver uma mudança radical da legislação no sentido de liberrara prática do aborto, estaremos correndo o risco da permissividade e nos esquecendo que o simples planejamento da gravidez, seria uma solução prática.

Um só projeto

Cláudio Tourinho

A prática do aborto é permitida, hoje, se a gravidez resulta de um estupro ou se a gestante corre risco de vida. Mas existe um projeto de lei de autoria do deputado José Genoino (PT-SP), em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, que permite a realização do aborto, bastando apenas a reivindicação da gestante.

Genoino lembra a posição dos grandes filósofos sobre o assunto. Sócrates, por exemplo, queria que se facilitasse o aborto quando a mulher assim desejasse. Platão achava que as mulheres maiores de 40 anos deviam abortar obrigatoriamente. Aristóteles, por sua vez, aconselhava o aborto antes da animação do feto (60 dias).

Na sua justificativa, o deputado petista se utiliza da história e conta que em Roma os magistrados não consideravam o feto um ente com vida. A penalização só viria com o Império Romano e com a difusão da filosofia cristã, que entende o feto como um ser com vida. Contrariando esta filosofia, Santo Tomás de Aquino seguia Aristóteles e admitia o aborto antes dos 60 dias de gestação, Genoino diz que a Igreja permitia a prática, nesta época, com os mesmos argumentos de Santo Tomás.

A Igreja começou a proibir a prática abortiva por entender que o feto tem alma, logo é vida. Mas o deputado acha que esta teoria confronta-se com os experimentos científicos. «No caso de gêmeos, a embriologia experimental nos indica que eles se originam de um único ovo que se divide em dois embriões. Mas como uma pessoa pode dividir-se em duas, e, ao mesmo tempo gerar uma alma para aquela segunda?»

«A discriminação do aborto», continua o deputado, «é apenas a ponta do iceberg de toda uma ideologia que visa a discriminação da mulher como ser humano. Sempre é humilhar e desmerecer a mulher enquanto indivíduo participante da sociedade».

A mulher brasileira que aborta, mesmo nos casos previstos na legislação, está desamparada e sujeita à marginalização das instituições e das pessoas de um modo geral. O grupo feminista «Sexo Finalmente Explícito», do Rio, acusa as campanhas antiaborto de criarem uma imagem tendenciosa (moralista) e negativa das mulheres que praticam o aborto, contundentemente caracterizada no (infeliz) comentário do «ilustre» jurista Sobral Pinto: «... é apenas e tão-somente um simples homicídio... praticado às vezes pela vaidade feminina... para não perder os encantos e alegrias da vida... e ainda para se libertar do que, na sua malícia incrível, a mulher considera um trambolho».

A marginalização e o desamparo

«Se a injeção vai doer? Você não vai sentir mais dor do que a que acaba de provocar num semelhante seu». O funcionário da farmácia não gostou porque a receita da cliente indicava um remédio, usado por mulheres que praticam o aborto, para prevenir uma hemorragia ou uma infecção. Além de não ter mais ninguém com quem contar, Maria ainda levou para casa muito desaforo e incompreensão.

Marilene, 25 anos, abortou duas vezes e não achou em momento algum que havia um outro ser. Ela conta que os médicos de uma maneira geral têm muita má vontade. Felizmente ela tem condições de pagar uma clínica especializada (e clandestina) e fez os dois abortos no Rio, «porque as de lá são mais baratas (por volta de CZ\$ 1.000,00) e mais equipadas». Marilene lembra que nas duas vezes teve assistência de suas amigas, «que se arriscaram pra me ajudar» (qualquer problema, elas seriam envolvidas criminalmente).

Um dado marcante é o fato dela não ter compartilhado com seu companheiro toda a situação, apesar dele sempre ter se prontificado.

Essa falta de confiança no companheiro foi, para Marly, pesquisadora na área de educação e consultora no MEC, o que mais a tocou na experiência. «Naquele momento, todo aquele projeto que a gente faz da relação homem e mulher se diluiu e eu percebi que aquele relacionamento era uma coisa desigual, não havia transparência. Ela concorda que o aborto é uma violência, algo que interrompe abruptamente todo um processo desencadeado pelo corpo. Afirma porém que, apesar da formação religiosa, na juventude não fez nenhum questionamento abstrato (vida, espírito, Deus, etc.). «É uma agressão sim, com o meu corpo!»

Lia Zanotta foi candidata a reitora da UnB e faz parte do Movimento feminista «Brasília Mulher». Ela acha que fazer campanha para que o aborto seja tratado como um problema da saúde da mulher na Constituinte é uma tarefa complicada: «A Igreja tem uma presença muito forte, além da população ter uma certa prevenção». O ideal talvez seja colocarmos o problema no bojo da discussão sobre a contracepção no Brasil, que ela considera deficiente, assim como a educação sexual. Nos Estados e a nível federal não há nada regulamentando a prestação de atendimento a mulheres que precisam abortar, nos limites definidos em lei, e todas tentativas neste sentido foram em vão.

Conceitos e préconceitos

Uma instituição americana (Planned Parenthood Federation of America Inc.) editou um trabalho que contesta alguns «conceitos» muito difundidos. O grupo feminista carioca Sexo Finalmente Explícito o publicou no jornal de divulgação do movimento. No trabalho, é contestada a afirmação de que o feto sente dor durante o aborto: «Nesta fase de gestação o cérebro e sistema nervoso ainda estão numa etapa rudimentar de desenvolvimento... sem o córtex cerebral, impulsos de dor não podem ser recebidos ou percebidos». Um alegado grito silencioso seria impossível de acontecer pois não existe ar nos pulmões do feto. Outro comentário é de que um feto de 12 semanas não pode de forma alguma ser comparado a uma pessoa: «... neste estágio, só rudimentos de sistemas orgânicos estão presentes. O feto seria incapaz de sobreviver fora do útero da mulher, incapaz de pensamento consciente».

Cid Queiróz

ABORTO

O aborto é um problema de saúde pública. Milhares de mulheres atualmente estão, independente de questões morais ou abstratas (vida, alma etc.), sofrendo danos físicos irreversíveis ou até morrendo. A insistência da Igreja e de outros setores conservadores em querer combater o aborto de uma forma pejorativa e não crítica cria um clima negativo e de desamparo para as mulheres. Candidatos e lideranças políticas intimidam-se em tomar posições: o aborto é assunto delicado e por isto pouco (mal) discutido. Há apenas um projeto em tramitação no Congresso e os outros foram rejeitados.

É difícil ficar em cima do muro

Adélia Barroso

Os candidatos à Constituinte podem contentar uma parte dos eleitores falando sobre temas gerais como liberdade e democracia, sem discutir profundamente cada tema. Muitos candidatos preferem não se arriscar a falar de assuntos polêmicos que possam dividir votos. As características econômicas, culturais e religiosas do Brasil fazem com que um mesmo grupo seja liberal num aspecto e conservador noutro. Porém, alguns candidatos irão tratar de questões controversas visando a modificação da Carta Magna do País. Os que vão lutar pela descriminalização do aborto têm a preocupação de não ferir princípios individuais, mas garantir à

mulher, que deseja recorrer a essa prática uma assistência médica gratuita, diminuindo assim o número de mortes por abortos clandestinos.

Rejane Lima, candidata a deputada federal pelo Partido Comunista Brasileiro, deseja que o aborto deixe de ser usado como método anticoncepcional. O planejamento familiar e uma educação sexual séria podem, segundo Rejane, diminuir sensivelmente o número de abortos, que hoje é de 93 por hora. «Nós defendemos um plano de saúde da mulher e dentro desse plano está a descriminalização do aborto. A realidade é hedionda e exige mudanças; a legalização do aborto deverá ser acompanhada de um suporte civil, psicológico e jurídico, a lei não

pode ser mais uma letra morta», reclama a candidata. O importante é que a estrutura de atendimento médico seja modificada, diz Rejane, tanto a mulher jovem como velha têm um péssimo acompanhamento.

O presidente do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal, Luis Rossi, acredita que o assunto deva ser debatido na Constituinte, afinal aborto é uma tragédia nacional. Os candidatos podem ser contra a descriminalização ou defenderem a legalização da prática, mas todos devem tomar uma posição para que o debate sobre um assunto tão importante aconteça, afirma. «Temos que ver o aborto como consequência da falta de informação sobre métodos anticoncepcionais, da pobreza e

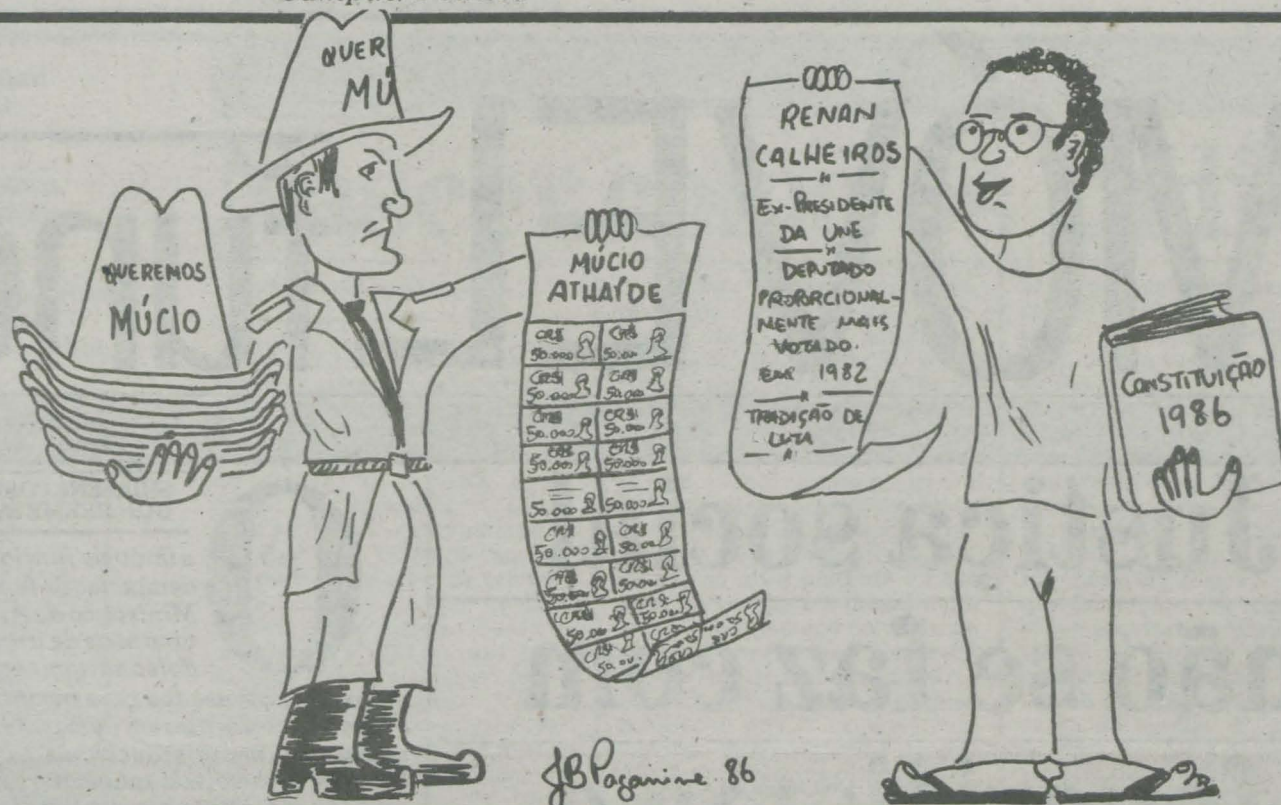
miséria da maior parte da população».

Na opinião de Luis Rossi, à mulher cabe a decisão sobre seu corpo e nem a Igreja ou o Estado devem tutelar tal decisão; «Cada uma seguindo sua consciência política e religiosa é que decidirá». Um plano de educação, saúde e trabalho e uma legislação que permita o aborto em número maior de casos é o ideal, conclui Luis Rossi.

Os eleitores de Brasília terão a oportunidade de escolher candidatos com posturas definidas em relação ao assunto, pois vai ser difícil para os que não gostam de falar de temas polêmicos ficarem em cima do muro. Pelo menos três partidos vão debater o aborto: PDT, PCB e PT.

PODER ECONÔMICO

Corte nas despesas



Candidato prestará contas

O candidato em campanha eleitoral será responsável pelos seus gastos, juntamente com o partido, e em caso de omissão de despesas na prestação de contas poderá perder o diploma de eleito. Essas são algumas das modificações no Código Eleitoral propostas em estudo do deputado João Gilberto (PMDB-RS), que tenta limitar o uso do poder econômico em eleições.

João Gilberto lembra que pelo atual Código Eleitoral somente os partidos são responsabilizados pelos gastos de seus candidatos e a prestação de contas, ao final da campanha, é feita diretamente a um Comitê Interpartidário. Para reverter esse processo, o deputado gaúcho propõe que partidos e candidatos sejam corresponsáveis e passem a prestar contas à Justiça Eleitoral sob fiscalização do Ministério Público.

O estudo já foi encaminhado aos líderes de todos os partidos na Câmara dos Deputados para que eles discutam com suas bancadas a viabilidade ou não de se tornar um projeto de lei. Assim, a matéria poderá ser votada, até mesmo em regime de urgência, ainda neste semestre.

Segundo o deputado João Gilberto, a maior barreira contra o poder econômico são os debates ao vivo, que agora estão voltando. Dessa forma, entende o deputado, candidatos pobres estarão em igualdade de condições com os demais. De acordo com o es-

tudo, candidatos e partidos são obrigados a guardar toda a documentação de gastos, por um período de três anos. A Justiça Eleitoral fixará o volume de despesas e donativos em uma eleição e até mesmo determinará o número máximo de cartazes, faixas e painéis que cada candidato poderá utilizar em sua campanha.

João Gilberto adverte para uma «medida de grande repercussão que deve ser refletida» — a propaganda paga deve ser proibida não apenas no rádio e na televisão, mas também na imprensa escrita. Segundo ele, os partidos irão constituir Comitês de Propaganda para orientar e controlar a propaganda de seus candidatos e fixarão publicamente os limites dos gastos com a campanha.

De acordo com o estudo do deputado João Gilberto, em casos onde sejam constatados abusos, o juiz, a pedido do Ministério Público, poderá interromper a campanha e quando houver processo na Justiça por abuso, não haverá mais o sigilo bancário. Isso significa que a Justiça Eleitoral poderá requerer, ao sistema bancário oficial ou privado, o extrato de conta do candidato investigado. No entanto, a maior penalidade será mesmo a perda do diploma de eleito.

Cláudia Moema

Quem pode, gasta

Maria Aparecida de Oliveira

«O Banco Central não é capaz de fiscalizar as próprias contas, já sentimos isso no que se refere ao FMI, e a lei atual é clara quando deixa patente que só o partido deve arcar com as despesas de candidatos». Essa é a afirmação do deputado Múcio Athayde (PMDB-RO), contrário à fiscalização das contas bancárias dos candidatos a cargos eletivos. Múcio acha que nada deve ser mudado na lei atual e não vai se dar ao trabalho de analisar nenhum projeto que venha de encontro ou acrescente alguma coisa à lei vigente.

Quanto ao estudo feito pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS), que pretende coibir os abusos financeiros nas campanhas eleitorais, Múcio afirma que não conhece o documento e que se o seu partido se posicionar a favor de alterações, ele se absterá: «É um direito que me assiste».

Candidato a candidato a governador do DF, quando houver eleições para o cargo, Múcio se diz muito identificado com as classes carentes e afirma que não faz uso do seu jornal Última Hora, para alcançar popularidade junto

aos moradores das cidades-satélites, onde distribui pão e leite três vezes por semana, naquelas cidades que ele considera mais carentes. Ceilândia, Valparaíso e invasão do Paranoá.

Além do jornal Última Hora, ele ainda possui uma emissora de televisão em Goiânia, duas estações de rádio e outros meios de comunicação. «Não ia fugir ao compromisso de manter o povo informado», disse ele.

Político conhecido pelas «doações» com fins eleitorais, Múcio não se intimida quando abordado a respeito de usar e abusar do poder econômico: «O meu investimento financeiro não é com finalidade eleitoral, é o povo das cidades-satélites me indicou e eu estou usando aquilo que me é disponível para atender às suas reivindicações».

O deputado explicou que o dinheiro é parte dessas reivindicações. «Eu acho que o partido deve fazer algo para conter os gastos de alguém que queira gastar mais, isso é problema de cada um, quem tem gasta, quem não tem não gasta». Múcio disse ainda que essas reformulações devem ficar para a Constituinte.

Voto sem dinheiro

Eleito com 51 mil votos em 1982, sendo um dos candidatos mais votados do País levando-se em conta a proporção de votos, Renan Calheiros (PMDB-AL), dá total apoio ao estudo feito pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS) no sentido de coibir os abusos financeiros nas campanhas eleitorais.

Alguns deputados já estão se movimentando para que suas lideranças aprovelem esse estudo e que seja elaborado um anteprojeto. Condenando o uso do capital como forma de conseguir votos, Renan afirma que nas duas eleições de que participou e se elegeu, nunca usou dinheiro de empresários. «Usei o que o partido dispõe para os candidatos e também o horário reservado pelo TSE na rádio e na televisão».

Para o deputado, o uso indiscriminado do dinheiro dos empresários, é uma maneira de burlar os interesses da classe trabalhadora. E a saída para quem não tem financiamento de terceiros, é apresentar propostas reais no interesse da classe trabalhadora. «Sou um dos poucos que está no Congresso Nacional mandado pelo voto do trabalhador».

Em sua opinião, o projeto deve ser mais abrangente. Ele irá trabalhar junto à sua bancada para que o presente estudo, que ainda está em forma preliminar, passe a ser um projeto e entre na pauta dos trabalhos, votado em regime de urgência. Alega Renan que se isso não acontecer, «uma

campanha que tem gastos previstos em torno de CZ\$ 20 milhões chegará a níveis incalculáveis».

Ele acha que para se fazer um combate ao poder econômico, o Congresso terá que usar mecanismos no sentido de dotar o Poder Executivo e a Justiça Eleitoral de instrumentos para evitar os abusos. «Nos não podemos permitir que setores descompromissados com os interesses da maioria da Nação consigam chegar à Constituinte através da compra do voto». Para ele, a grande fiscalizadora será a imprensa. Renan reafirma que a imprensa cumpre um papel fundamental, a exemplo do parlamento, «e todos nós sabemos que o parlamento é o retrato do Brasil».

No Nordeste, onde se presume menos gastos que no Centro-Sul em campanhas eleitorais, fica bem patente o poder econômico. Tida como a região do voto de cabresto, a realidade não muda. Só que os chamados coroneis vão entrar na luta para valer. E com seus nomes indicados pelos partidos para concorrer a uma cadeira na Constituinte, eles deixam de financiar alguém para financiarem suas próprias campanhas.

Segundo Renan, para se ter uma ideia de como o poder econômico visa ter mais poder, só em Alagoas seis usineiros são candidatos. «Nós que não temos dinheiro, vamos ter que lutar com a palavra e acreditar que, aqueles que nos elegeram em 82, continuem acreditando em nós.»

O poder econômico empregado nas eleições sempre foi uma ameaça aos pequenos partidos e candidatos pobres. Sem condições financeiras para produzir um bom material de campanha, esses candidatos vêem suas chances diminuídas diante da concorrência do dinheiro de seus adversários. Para evitar abusos como os que ocorreram em eleições passadas, o deputado João Gilberto (PMDB-RS) elaborou um estudo que tenta limitar o uso do poder econômico em campanhas eleitorais. A grande inovação, de acordo com o estudo, será o papel do Ministério Público, como o grande fiscal das eleições, podendo, inclusive, interromper uma campanha em casos de abuso econômico. No entanto, o estudo não vem agradando a alguns parlamentares. É o caso do deputado Múcio Athayde (PMDB-RO), que declara abertamente que continuará empregando dinheiro sem limites em suas campanhas. Por outro lado, o deputado Renan Calheiros (PMDB-AL) é um dos defensores do estudo. Eleito por uma grande votação, segundo ele utilizando apenas os recursos do partido, Calheiros lembra que a história das eleições no Brasil sempre esteve relacionada com o abuso do poder econômico, possibilitando a eleição de candidatos ricos e que nem sempre traduzem a vontade popular.

IMÓVEL funcional

Justiça social não se faz com favoritismo e irregularidade

SHIRLENE COSTA
GUILHERME EVELIN HELOISA HELENA

Os imóveis funcionais em Brasília sempre estiveram ligados a denúncias de favoritismo e abusos na ocupação. Ano passado, o Ministério da Administração fez um relatório em que apontava uma série de irregularidades: servidores públicos que ocupavam dois apartamentos ao mesmo tempo, apartamentos usados para encontros conjugais, apartamentos ocupados por servidores residentes em outras cidades e apartamentos sublocados. Agora, a questão dos imóveis funcionais volta a gerar polêmica na comunidade brasileira. O governo, depois de anunciar a venda, decidiu fazer um estudo mais detalhado sobre o caso. Enquanto isso, no dia 10 de abril, o projeto do deputado Luis Antonio Fayet, regulamentando a venda dos imóveis, será lido na Câmara. Os moradores de imóveis funcionais estão se mobilizando a favor do projeto. O Capus foi ouvir os prós e os contras desta questão, entrevistando o autor do projeto, o presidente do Movimento dos Ocupantes de Imóveis Funcionais — MOVIF —, Cesar Abraham, o diretor da distribuição de imóveis da SUCAD — Superintendência de Construção e Administração Imobiliária, Marino de Almeida, representantes do setor imobiliário e a comunidade em geral.

Fayet defende venda

A venda dos imóveis funcionais é um dos temas mais polêmicos da cidade no momento, sendo que vários projetos já foram apresentados ao Congresso. O último é o do deputado Luis Antônio Fayet (PFL-PR), de setembro de 1985.

Para ele, a venda é uma questão de justiça social. "Conheço o problema dos servidores públicos de Brasília. São funcionários que vieram com a promessa de adquirir os imóveis por eles ocupados. Não há razão para existirem imóveis funcionais no Brasil, salvo casos raríssimos de fronteira distante, um parque nacional ou coisas do gênero. O País não tem condições de continuar custeando apartamentos funcionais".

Os pontos que causam maior controvérsia no projeto do deputado são o preço e os critérios da venda dos imóveis. Os apartamentos serão vendidos com preços abaixo do mercado. O valor será calculado com base na taxa de ocupação, já bastante defasada em relação aos preços do mercado imobiliário, além de estarem previstas taxas de depreciação em função da idade do imóvel e do tempo de uso pelo servidor. "O preço de referência dos imóveis não pode ser o da especulação. Se forem vendidos pelo preço do mercado, nenhum servidor poderá comprar, devido ao achatamento nos seus salários".

Quanto aos critérios de seleção dos possíveis compradores, Fayet não exclui os proprietários de imóveis em Brasília. O deputado alega que "dos dezoito mil apartamentos funcionais, nem quinhentos são ocupados por pessoas que possuem outro imóvel".

Fim da especulação?

O presidente do MOVIF (Movimento dos Ocupantes de Imóveis Funcionais), César Abraham, acredita que a venda dos apartamentos funcionais poderá resolver o problema da especulação imobiliária no Distrito Federal. Para Abraham, a crise habitacional no DF seria muito atenuada caso o projeto do deputado Luis Antônio Fayet fosse aprovado pelo Congresso, já que "os aluguéis e o valor venal dos imóveis seriam colocados em um patamar mais real". Abraham acusa o Governo Federal de ser "a grande imobiliária de Brasília" e o responsável por um movimento especulatório que "eleva os preços dos aluguéis e dos imóveis três ou quatro vezes acima do valor aceitável".

O MOVIF surgiu dentro do Ministério da Fazenda. A preocupação inicial era o estado de conservação dos imóveis funcionais e a falta de estrutura

do Governo Federal em mantê-los em boas condições de uso. A ligação com o deputado Luis Fayet surgiu em 1979, quando o deputado era secretário-geral adjunto do Ministério da Fazenda. Agora, o MOVIF apoia o projeto e reuniões são feitas periodicamente nas escolas-classes das superquadras com o objetivo de mobilizar os moradores.

O presidente do MOVIF defende o direito dos proprietários de imóveis no DF também adquirirem apartamentos funcionais. Para ele, essa é uma questão "filosófica". Ele pergunta: "Por que cometer uma injustiça com aquele servidor público trabalhador, previdente, que poupou dinheiro durante 20 anos para poder adquirir um imóvel próprio, e premiar aquele outro que, sem se preocupar com o futuro, preferiu gastar dinheiro na farra e na boemia?".



"O preço de referência dos imóveis não pode ser o da especulação. Senão, nenhum servidor poderá comprar, devido ao achatamento nos seus salários. São funcionários que vieram com a promessa de adquirir os imóveis por eles ocupados". (Fayet).

Projeto gera polêmica

De acordo com o Decreto nº 85633/81, que regula a ocupação dos imóveis funcionais, qualquer servidor público pode ocupar uma unidade, mesmo possuindo imóvel próprio, desde que este não tenha sido subsidiado pelo Governo, porque neste caso ele teve juros de financiamento menor que o cidadão comum.

Segundo Marino Eugênio de Almeida, diretor da Divisão de Distribuição de Imóveis, sob a supervisão da SUCAD (Superintendência de Construção e Administração Imobiliária), existem em Brasília cerca de 90 mil servidores que pleiteiam 10.600 unidades funcionais.

Para resolver o problema, atualmente a SUCAD está analisando caso por caso, dando prioridade a quem não tem apartamento próprio, embora não possa interferir diretamente na distribuição destes apartamentos. "As vezes, um funcionário entra com um pedido no Tribunal Federal de Recursos e somos obrigados a ceder o imóvel".

Ano passado, após uma pesquisa sobre a vida de cada morador, foi criado um setor de sindicância, onde qualquer irregularidade é investigada. "Muitas pessoas eram exoneradas ou mudavam de cidade, continuando a ocupar os imóveis, porque o órgão a que pertenciam não comunicava a exoneração ou mudança à SUCAD".

Quanto ao projeto do deputado Luis Fayet, Marino o considera muito abrangente e polêmico. "Deve-se fazer um estudo mais minucioso, já que só o Poder Legislativo tem a competência de fazer a relação dos imóveis funcionais e de seus preços, seja para aluguel ou venda".

Ele acha válida a venda de alguns apartamentos funcionais, acreditando que com isso a SUCAD obterá recursos para construção de novos imóveis e fará justiça com os antigos moradores. "Só não sou a favor de se vender todos os apartamentos, porque o Governo acabará pagando aluguel, a preço de mercado, para os servidores que vêm a Brasília em trânsito, como é o meu caso".

Marino discute ainda a questão do preço dos imóveis. "Na época da fundação da cidade, o trabalhador veio atraído pelas regalias, hoje eles só têm o funcional. Os apartamentos devem ser vendidos por um preço um pouco abaixo do mercado".

Aluguel é o problema

Para Carlos Burle, dono de uma imobiliária, o projeto não altera em nada a especulação no ramo. "Deve-se fazer uma licitação entre as imobiliárias do DF, onde elas venderiam os imóveis pelo preço do mercado, tendo suas comissões como em qualquer outro negócio. Devido ao projeto prever a venda dos apartamentos para pessoas também proprietárias de imóveis na cidade, a especulação poderá até aumentar, se não na forma de venda, pelo menos na de aluguel".

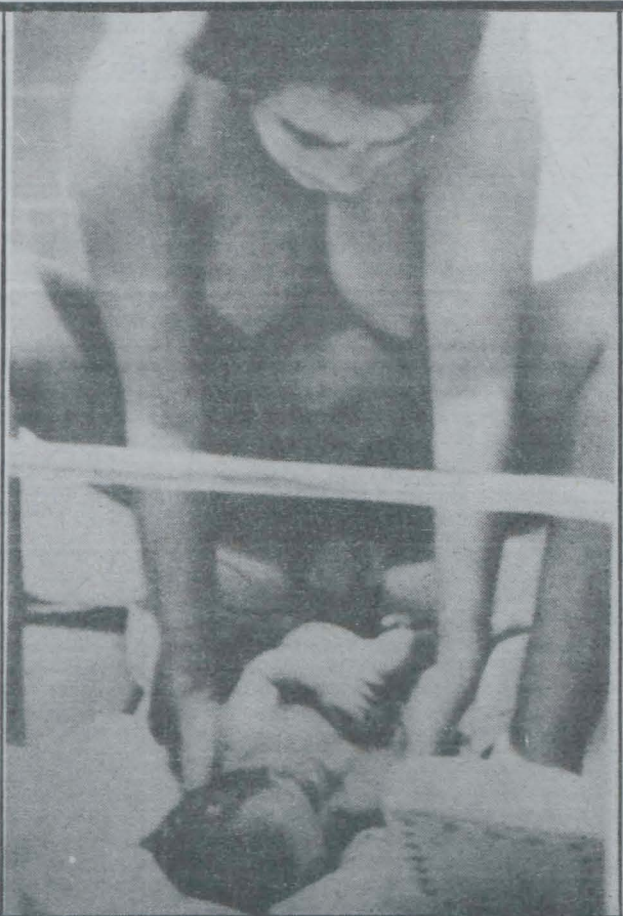
Comunidade

A opinião da comunidade brasileira é quase unânime: os imóveis devem ser colocados à venda somente para quem não possui outro imóvel, pelo menos na cidade. Raimundo Costa, bancário aposentado, residente na capital desde a

fundação e que possui uma casa comprada com recursos próprios, acha que todo cidadão que veio para a cidade em seu início, e até hoje não conseguiu adquirir um imóvel, deve ter a oportunidade. "Desde que não pague um preço completamente defasado do mercado imobiliário e não compre imóvel para posterior aluguel". Alexandre Freire, funcionário público, ocupante de um apartamento há oito anos, é a favor da venda dos imóveis. "No meu caso específico, não tenho condições de adquirir outro imóvel, a não ser este. Saíndo daqui acabarei pagando aluguel exorbitante para proprietários de imóveis que residem em apartamentos funcionais. Vender esses apartamentos é uma questão de justiça, mas os projetos que surgiram até agora são meramente especulativos e maliciosos".

Depois de cerca de 300 anos sem ser praticado o parto vertical (de cócoras), vários países do Terceiro Mundo o estão retomando e incentivando. Pela impossibilidade das grandes «madonas» do século passado parirem na posição de cócoras, devido à sua obesidade, e também ao fato de acharem tal posição inadequada para uma «dama» dar à luz, o parto de cócoras foi substituído pelo parto horizontal. Agora, na esperança de tornar o momento do nascimento um instante mais singelo e natural, médicos e pesquisadores voltam a praticá-lo.

REPRODUÇÃO/MARCUS VINICIUS



Nascer como os Índios

Andrea Chagas Cerqueira

“A agressão do hospital em relação à criança é muito grande, principalmente na separação mãe e filho. A criança nasce e deixa de ser da mãe e passa a ser do hospital, do pediatra. E, no entanto, o contato inicial com o pai e a mãe é extraordinariamente importante para a formação e segurança posterior da criança. O que acontece é que medicalizam demais o parto. Passou a ser uma atividade que só o médico faz, e o médico não é nenhum semideus. “Esta opinião é do ginecologista e obstetra Itamar Batista Pinto, do Inamps, que pratica, há mais de 15 anos, o parto sensitivo — sensorial, geralmente na posição vertical (cócoras), que busca um envolvimento mais humano e não apenas profissional entre o médico e os pais da criança na hora do nascimento.

A pesar de reconhecer que a cesariana é uma cirurgia importante no caso de mulheres diabéticas, por exemplo, o dr. Itamar acredita que o parto de cócoras possui enormes vantagens sobre a cesariana, ou o parto horizontal, mesmo que esse seja normal. Nessa posição, o feto se arrasta, os grandes vasos da mãe comprimem-se, sua pressão baixa e diminui o fluxo sanguíneo no nível placentário. Ele acredita que há um desestímulo em relação ao parto normal e de cócoras, porque esse exige, até doze horas de trabalho de parto (a cesárea exige, em média, duas horas), o que “é inviável num sistema de saúde onde os médicos geralmente têm dois ou três empregos, porque não são bem pagos, e, portanto, não têm essa disponibilidade”.

O parto de cócoras sensitivo — sensorial, praticado pelo dr. Itamar, consiste basicamente no apoio psico-afetivo do marido (é

este, por exemplo, que corta o cordão umbilical), num ambiente de penumbra, silencioso ou com música suave, “sem aquela agressividade que existe na sala de parto”. Ele diz que, para desenvolver este trabalho, é preciso “brigar” contra a estrutura do hospital, seja ele particular ou público. Segundo o dr. Itamar, é preciso estimular este tipo de parto que, além dos benefícios orgânicos — a mulher que faz o parto de cócoras consegue amamentar durante mais tempo — permite um amadurecimento emocional e psicológico e uma maior harmonização da família. E, para isso, defende a prática de ginástica e respiração profunda desde o início da gravidez, principalmente para as mulheres que levam vida sedentária, já que a grande facilidade com que as índias realizam este tipo de parto se deve ao fato de possuírem enorme elasticidade no perineo.

Uma das argumentações mais frequentes contra o parto de cócoras é a de que, durante o trabalho de parto, a parturiente tem um desgaste muscular muito grande, não aguentando muitas vezes ir até o fim do trabalho nesta posição. “Apesar de recomendar-se o exercício da musculatura durante toda a gravidez, a mulher civilizada, candidata ao parto de cócoras, em sua grande maioria, não adquire músculos fortes nas pernas e região pélvica, o que a distancia muito das índias que ficam nessa posição muitas horas por dia desde criança”, é o que argumenta um obstetra brasileiro, que alegando questões de ordem ética preferiu ficar anônimo.

Ainda — segundo esse obstetra, a parturiente que opta pelo parto de cócoras precisa ter um preparo psicossomático (mente e corpo) perfeito que leve a um verdadeiro equilíbrio; coisa que, afirma, só mulheres da civilização oriental conseguem. Para ele, a despeito das índias brasileiras terem seus bebês nessa posição, é necessário um nível muito grande de abnegação, devido ao fato de na grande maioria das vezes não ser dado nenhum tipo de anestesia, o que só uma filosofia de vida distinta da ocidental proporciona.

O obstetra entrevistado questiona: “Se a medicina está a cada dia trazendo confortos e melhorias para a população, por que regredir no tempo, procurando métodos e técnicas ultrapassados?”

Clautenis Delene

A Paleontologia e os Dinossauros

João Anderson de Jesus

A Paleontologia — ciência que estuda os fósseis — poderá desaparecer, afirma o paleontólogo Giuseppe Leonardi, com larga experiência em pesquisas no exterior. No Brasil, é o único pesquisador de dinossauros e ptorossauros desde 1973. Leonardi, entre outros títulos, sustenta o de icnologista — estudo de pegadas fósseis — e uma de suas descobertas mais importantes é uma pegada de um anfíbio encontrada em 1980 em Tibagi, no Paraná. Desde 1975, vem também pesquisando na bacia sedimentar do rio dos Peixes, município de Sousa, Paraíba, onde já fez descobertas importantes.

Segundo Leonardi, que também é padre — assessor da CNBB, além da falta de estímulos e apoio às pesquisas, o número de pesquisadores é reduzido e não há uma legislação específica que proteja os campos de pesquisas e os achados fósseis, que são muitas vezes vendidos, roubados e contrabandeados.

Na chapada do Araripe, Ceará, onde se encontram fósseis importantes, como peixes, dinossauros e pterodatos voadores, que datam de 100 milhões de anos, o paleontólogo disse que há uma verdadeira indústria ilegal que vai desde as escavações a vendas e contrabando de fósseis. “Há dias foi encontrado lá um jacaré de 1,80m. de 100 milhões de anos, que foi vendido para o japonês, dono da Yamaha, por 50 milhões de dólares. “Esse tipo de transação é ilegal tanto para quem compra como para quem vende.

Porém os italianos, japoneses e alemães vão levando tudo. Não é a toa que um famoso autor alemão só publica material brasileiro, o que não fazemos por falta de recursos”.

Um outro problema apontado por Leonardi é a falta de recursos humanos, afirmando que há poucos paleontólogos no Brasil — cerca de 100 — e a maioria atua na área de ensino ou na Petrobrás. Paleontólogos de vertebrados são seis ou sete em todo o País, “que é um paraíso para esses cientistas”.

Quanto aos recursos financeiros, Leonardi diz ser um pesquisador de sorte e que, para seu trabalho na Paraíba, teve ajuda das prefeituras locais, do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) e uma boa ajuda do CNPq, e ainda da imprensa. Ele publicou, só no ano passado, um dossiê de 144 artigos e já há uma dúzia para este ano. Porém, reconhece que há paleontólogos que não recebem qualquer recurso e tampouco apoio político, popular ou da imprensa.

Roubo

No campo de pesquisa de Sousa-PB, devido à falta de vigilância, foram roubadas por políticos locais e doadas aos de outra cidade vizinha algumas pegadas de dinossauros, diz Leonardi. “Mas como somos especialistas em rastros, seguimos a pista dos bichos e descobrimos as pegadas em poder de particulares”. O roubo irritou Leonardi, que chegou a pensar em recortar as pegadas e levá-las para um museu no Rio. Mas, segundo

REPRODUÇÃO/JOVÁ XANGO



disse, essa operação além de difícil, deixaria o material empobrecido, fora de seu lugar de origem. “E isso seria participar, como cientista, dos roubos ao Nordeste — já tão espoliado por políticos e grupos econômicos”.

A fim de preservar o campo de pesquisa de Sousa-PB do mau tempo, do turismo predatório, dos cientistas inescrupulosos e dos políticos, está em projeto, após mais de dez anos de briga de Leonardi com os governos estadual e federal, a construção de parque ou um museu a céu aberto, onde o material terá vigilância permanente. Mas, para que o parque seja construído, a área deverá ser desapropriada ou comprada pelo Estado, e nada foi ainda decidido. No parque, se construído, haverá biblioteca, exposição constante de fotografias, estátuas de dinossauros e de outros animais da espécie e vendas de lembranças, medidas e moldes de pegadas. Ain-

tenção é criar um pólo turístico no local para captação de recursos.

Tibagi

A pegada fóssil encontrada em Tibagi, no Paraná, à margem da Rodovia do Café, é a mais importante, para Leonardi. Trata-se de um anfíbio extremamente primitivo, sendo o registro mais antigo de todos os vertebrados. Ele trouxe para o Brasil a origem dos tetrápodes (quatro patas), animais pertencentes ao grupo que deu origem aos anfíbios, répteis, aves, mamíferos, e o próprio homem.

O campo da Paraíba descoberto pelo geólogo Luciano Jaques de Moraes, em 1924, é hoje o palco de trabalho de Leonardi, onde já descobriu cerca de 35 localidades, com pegadas de vertebrados, o que eleva este campo à categoria de “mais importante do mundo”, não só pelo número de pegadas, mas pela variedade delas — mais de 50 formas diferentes —, e pelo grande

número de níveis que possui. Na fazenda Piau, município de Sousa, há camadas de 60 metros de altura, contendo 25 níveis, com pegadas em cada um deles, permitindo a reconstituição da vida dos dinossauros em 25 momentos diferentes, afirma o paleontólogo.

No Vale do Dinossauros, na bacia do rio dos Peixes no mesmo município, há pelo menos 50 desses níveis. Segundo Leonardi, isso permite não somente provar a existência dos dinossauros, mas também como eles viviam, se em grupos ou separadamente. Estas e outras descobertas pelo País afora, como os ovos encontrados no município de Uberaba, Minas Gerais, são de grande importância para paleogeografia, geologia e biologia brasileiras e para toda a ciência e até para cultura popular: “O povo gosta de ver as pegadas e sentir-se vivendo à época dos dinossauros”.

Sônia Braga na teia do Campus

O brasileiro vai acabar pagando royalty para ouvir samba". É o que pensa a atriz Sônia Braga sobre a participação de atores brasileiros em filmes estrangeiros, em longa entrevista exclusiva ao Campus, durante sua rápida estada em Brasília para o lançamento do filme "O Beijo da Mulher Aranha", ganhador do Oscar/86 de Melhor Ator (William Hurt). Além de discutir problemas do cinema nacional, Sônia narra sua experiência no filme de Hector Babenco e aborda os caminhos da Nova República. O estrategista de marketing Antônio Carlos Abud, amigo de Sônia Braga, também participou da entrevista.

Martha Faria de Menezes

situação. Por outro lado, essas mesmas pessoas desconhecem que a grande maioria da população não tem acesso à informação. A gente, aqui, só toma conhecimento dos filmes que fazem sucesso no exterior e que, justamente por isso, são divulgados. Mas a população desconhece, por ignorância, os filmes que estão sendo produzidos e as dificuldades de distribuição.

Antônio Carlos — Além disso, o brasileiro tem memória curta, ele gosta do gol. O gol é o momento fascinante, o momento da vibração. Ele não consegue voltar atrás e ver os obstáculos que são enfrentados na produção, comercialização, distribuição e divulgação de uma fita.

Sônia Braga — O que eu acho é que todo filme feito no Brasil deveria ser considerado premiado, só pelo fato de ter sido realizado. Com toda essa dificuldade, eu não sei como se faz cinema no Brasil. Eu quero sentar e entender.

Campus — Como o consumidor brasileiro vê o cinema nacional?

Antônio Carlos — Acho que existem 3 (três) visões acumuladas que fazem a consciência atual do mercado com relação ao cinema brasileiro. Primeiramente, como um cinema abstrato na década de 60, única forma de expressão que cineastas inteligentes e talentosos encontraram para produzir durante a repressão. Infelizmente a grande maioria da população não tinha condições de entender a linguagem do cinema novo. Depois dessa fase, ocorreu uma superprodução (em termos de quantidade) de pornochanchadas, e mais recentemente você tem os curtas-metragens, que apenas antecedem aos filmes que o espectador quer realmente ver. O resultado final é uma imagem totalmente adulterada do cinema brasileiro.

Campus — Em termos de público, por que o cinema nacional está sempre em desvantagem em relação ao estrangeiro?

Sônia Braga — O problema da EMBRAFILME, das distribuidoras, é o espaço para o cinema, que não é grande. A situação é a seguinte: quando grandes filmes estrangeiros chegam ao Brasil, ganham páginas inteiras de jornais, cinco minutos em televisões, etc. Com isso, acabam lucrando 1 milhão por cento, porque eles já vêm do exterior totalmente pagos. Então, não é privar ninguém de assistir a esses filmes, mesmo porque eu sou contra a privação, a proibição. Mas, por outro lado, neste esquema o cinema brasileiro, que não consegue muita atenção nos meios de comunicação, acaba esmagado nos anúncios e nas próprias salas de cinema porque não sobra espaço para ele.

Campus — Como mudar esse quadro?

Sônia Braga — Eu acho que é dos veículos de comunicação, é dos jornalistas, a responsabilidade pela divulgação do que se faz em cinema. Seria muito bom se a imprensa



William é uma figura naturalmente intensa

A população desconhece, por ignorância, os filmes que estão sendo produzidos

Quando você trabalha com cinema brasileiro, você acaba gastando dinheiro

Campus — Qual o seu balanço da Nova República?

Sônia Braga — Numa crise como essa que vivemos, evidentemente a última parte a ser considerada é a cultura, as artes. Eu acho que os Ministérios da Educação e da Cultura sofrem muito. Porém, eu tenho esperança que tudo se normalize.

Existe hoje no Brasil um movimento interessante das pessoas falarem o que querem. São os fiscais da economia. Acredito que este movimento possa se alastrar para outras áreas. Nas artes, por exemplo, as pessoas têm de fiscalizar seus cinemas. Mas não como missões religiosas, policiaesca. É simplesmente incorporar o cinema ao cotidiano. Não é só você ser fiscal do que te mandam fiscalizar, é você parar e ver suas necessidades.

Para mim, uma pessoa é como um pequeno País. Ela tem todos os ministérios, todos os setores de uma sociedade dentro dela. É pobre, é rica, tem armazéns, departamento da memória, da emoção, de água e esgotos. Até isso uma pessoa tem, não tem? Ela chora!

O problema é que quando você amputa algum ministério de alguém, esta pessoa fica desestruturada, deixa de funcionar, de participar. Por isso, quando você baixa nela estado de sítio, é como se cortasse seu ministério das comunicações. Eu acredito que o que está acontecendo agora é que tá todo mundo pegando seus ministérios de volta. Eu me sinto hoje uma pessoa com o meu ministério das comunicações, que é o primeiro que me foi cortado. Eu só sei que estava em estado de sítio. Nem sei porquê, nem como foi que isso aconteceu. Mas agora eu sinto que tá tudo funcionando dentro de mim. Então eu estou feliz porque, estando "inteira", eu tenho possibilidade de participar. E participar, neste momento, é essencial.

colaborasse com a gente. Além disso, o respeito às leis de proteção ao cinema nacional já melhoraria esta situação, como, por exemplo, o cumprimento da lei que determina que para tantos filmes estrangeiros, tantos filmes brasileiros devem passar.

Campus — Como você vê a saída de atores brasileiros para fazer cinema no exterior?

Sônia Braga — As pessoas ficam "brabas" com você, feito irmão quando briga com irmão, e dizem "você foi embora, né?". Mas elas não percebem que o mercado está restrito. Por isso, se uma companhia estrangeira me convidar para fazer um filme no exterior, e se eu gostar do roteiro, eu vou. Afinal, eu só quero trabalhar. Eu vivo do meu trabalho. E quando você trabalha com cinema brasileiro, você acaba gastando dinheiro. O outro lado dessa questão é que a gente vai acabar pagando royalty para ouvir samba, como já se faz. Quer dizer, as pessoas estão pagando royalties para o exterior para ver um ator brasileiro num filme estrangeiro, quando poderiam vê-lo aqui, com retorno financeiro para o Brasil. É um problema de divisas. Nos temos é que trazer divisas e não exportar.

Campus — Como você vê a censura no Brasil?

Sônia Braga — A sensação que a gente tem quando censuram é que ninguém no mundo tá vendo o filme. Veja como isso vai totalmente em desconforto à nova política, ao novo governo, à nova república. O que acontece, porém, é que quando eles censuram um filme aqui, principalmente se for estrangeiro, eles apenas estão favorecendo a classe já favorecida, porque essa elite vai viajar e ver o filme no exterior. Então o que eles estão proibindo, na verdade, é o próprio cinema brasileiro de evoluir. Como? Censurando, proibindo, não dando acesso à informação.